



# Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Bruxelas, Outubro de 2007, N.º 29

## Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento do Desenvolvimento termina com apelos a avanços decisivos na aplicação do Consenso de Monterrey

Cinco anos após o Consenso de Monterrey, então acolhido como um “documento histórico que selava uma nova parceria ou um verdadeiro contrato entre o Norte e o Sul”, numerosos ministros das finanças e do desenvolvimento bem como altos responsáveis de instituições financeiras internacionais reuniram-se na Sede das Nações Unidas, para examinar o cumprimento dos compromissos contidos nesse texto. O Diálogo de Alto Nível, que decorreu de 23 a 25 de Outubro, propôs-se também contribuir para a preparação da Conferência Internacional de Seguimento sobre o Financiamento do Desenvolvimento

to, que terá lugar em Doha, em 2008.

Na abertura, o Secretário-Geral Ban Ki-moon disse que os progressos haviam sido desiguais, acrescentando que o aumento sustentado da ajuda ao desenvolvimento necessário para alcançar as metas acordadas em Monterrey não se materializou.

O “contributo activo” de mais de 90 delegações para uma reunião da ONU com a duração de três dias é um bom augúrio para a conferência de Doha, disse, o Presidente da Assembleia

Geral, Srgjan Kerim, que presidiu à reunião, na sessão de encerramento.

A Assembleia Geral irá agora iniciar consultas para definir as modalidades da conferência de Doha, disse, pedindo aos Estados-membros que dêem todo o seu apoio e cooperação a um acordo que deverá ser apresentado à Assembleia Geral, em Dezembro. “Uma vez acordadas as modalidades da Conferência de Doha, podemos avançar para o debate de fundo sobre os seis capítulos do Consenso de Monterrey”.

**Para mais informações**

## Editorial - Afsane Bassir-Pour, Directora

Não ouviu a última acerca da campanha de direitos humanos ConheçaOsSeusDireitos; na verdade, isto é apenas o princípio.

Recapitulando, a 10 de Dezembro de 2007, a ONU lançará uma campanha com a duração de um ano para celebrar o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para que esta campanha tenha que ver consigo, os centros de informação europeus das Nações Unidas estão a lançar uma campanha de informação denominada *KnowYourRights2008* com um sítio Web. Sei que tem ouvido falar disto repetidamente, mas desta vez temos de facto notícias para dar. Pode começar realmente a participar na campanha ConheçaOsSeusDireitos visitando [www.KnowYourRights2008.org](http://www.KnowYourRights2008.org).

Aí encontrará uma primeira versão do nosso *Wall of Events* e alguns dos nossos principais projectos para aquele que esperamos seja um ano muito empolgante para os direitos humanos. Pode clicar nos países abrangidos por este Centro Regional e ver quem está a fazer o quê e quando.

O sítio Web criado para o UNRIC por *The Blast Machine*, um grupo de gente muito criativa. Foi possível porque, até agora, três governos acreditaram na nossa ideia e demonstraram na prática o seu apoio: o Governo francês, o Governo suíço e o Governo

italiano. Será precisamente em Roma que terá lugar o lançamento do sítio Web [www.KnowYourRights2008.org](http://www.KnowYourRights2008.org), a 10 de Dezembro de 2007. Nesse dia, lançaremos também a sexta edição de *Cartooning for Peace*, que, para assinalar o 60.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos se denominará *Cartooning for Human Rights*.

Só um aviso; quando visitar a nossa página – e esperamos que o faça – não fique desanimado perante a dimensão dos projectos que ali encontrará. Nem todos dispõem de meios para levar a cabo um projecto como *5 Billion Others*, de Yann Arthus Bertrand. Um Youtube feito por si serve, tal como servem também um desenho, um poema, uma fotografia... em

[www.KnowYourRights2008.org](http://www.KnowYourRights2008.org) há lugar para qualquer coisa que mostre que se preocupa com os direitos humanos. Este sítio Web é seu, use-o, participe, divulgue-o.

Lembre-se: para poder exigir os seus direitos, tem de os conhecer.

## Presidente da Assembleia Geral aponta prioridades



Srgjan Kerim, Presidente da Assembleia Geral, apontou as cinco prioridades da 62.ª Sessão, numa entrevista concedida à *UN Chronicle*: a resposta às alterações climáticas, o financiamento do desenvolvimento, a aplicação da Estratégia Mundial contra o Terrorismo, a reforma da Gestão e as medidas de seguimento com vista à realização dos ODM.

(ver páginas 2 e 3)

## Ban Ki-moon felicita Al Gore e o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, laureados com o Prémio Nobel



O Secretário-Geral da ONU saudou a atribuição do Prémio Nobel da Paz 2007 a Al Gore e ao Painel Intergovernamental sobre

Alterações Climáticas (IPCC).

Numa declaração, prestou homenagem a Al Gore, apontando “o seu empenhamento e a sua convicção excepcionais, como exemplo do papel crucial que os indivíduos e a sociedade civil podem desempenhar no sentido de promover respostas multilaterais para questões globais”.

Ban Ki-moon afirmou que “as conclusões lúcidas e bem documentadas” do IPCC ajudaram a demonstrar “sem margem de dúvida, que as alterações climáticas são uma realidade e se devem, em grande medida, à actividade humana”. Isto gerou “um dinamismo sem precedentes a favor da luta contra as alterações climáticas no

mundo inteiro” e levou a que “a ONU fosse reconhecida como a instância adequada para se chegar a acordo sobre o assunto”.

Com este prémio, o IPCC passa a estar entre os laureados com o Prémio Nobel que pertencem à família das Nações Unidas: o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), as operações de manutenção da paz da ONU, a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), o mediador das Nações Unidas Ralph Bunch, os secretários-gerais Dag Hammarskjöld e Kofi Annan, bem como a própria ONU.

**Para mais informações**

## Entrevista de Srgjan Kerim, Presidente da Assembleia Geral (continuação)



### As prioridades da 62ª. Sessão da Assembleia Geral

Nos últimos anos, temos vindo a debater na ONU a maneira de revitalizar a Assembleia Geral. Foram já aprovadas algumas resoluções sobre a matéria, mas centraram-se sobretudo na melhoria dos procedimentos e no reforço do Gabinete do Presidente da Assembleia Geral. Para revitalizar a Assembleia, é necessário fazer muito mais e abordar questões de fundo. Se a Assembleia quiser ter um papel relevante e permitir que os 192 países nela representados participem nos seus trabalhos em pé de igualdade, tem de enfrentar os desafios mais importantes do mundo de hoje. Penso que a 62ª. Sessão deve servir de exemplo nesse aspecto. Durante as consultas que organizei entre os Estados-membros nos últimos nove meses (desde o mês de Janeiro, mesmo ainda antes de ter sido oficialmente eleito em Maio), procurámos determinar quais poderiam ser essas questões. Identificámos cinco pontos que são muito importantes para as Nações Unidas e as suas actividades e que serão os pilares da 62ª. Sessão: a resposta às alterações climáticas, o financiamento do desenvolvimento, a aplicação da Estratégia Mundial contra o Terrorismo, a reforma da gestão e as medidas de seguimento com vista à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

### Os desafios a superar na 62ª. Sessão

Em geral, penso que a 62ª. Sessão estará à altura das expectativas que suscita. Creio que temos de ser muito realistas nas nossas expectativas, precisamente porque a ONU é uma coligação de 192 países com uma história e valores diferentes, por vezes até opostos e controversos, pelo que os Membros da Organização têm de conjugar esforços e avançar passo a passo,

num espírito construtivo. Temos de examinar todas as decisões em termos da sua eficácia, porque não podemos esperar que a Organização funcione de uma maneira analítica. Assim, há que ser paciente e procurar sempre tomar decisões orientadas para a concertação de resoluções. Sei que não é fácil, mas contarei, evidentemente, com a assistência e o apoio da Mesa, dos Vice-Presidentes e dos Presidentes das seis Comissões. Devemos criar um clima de trabalho construtivo que nos permita adoptar resoluções e decisões acertadas sobre as questões mencionadas.

### A resposta às alterações climáticas

É muito importante que os Estados-membros tenham compreendido que as alterações climáticas são uma questão muito grave e muito complexa. Trata-se de um problema ambiental, mas que tem repercussões muito mais amplas, que incidem sobre a saúde das populações e sobre a economia, nomeadamente o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. Penso que a competição tecnológica do século XXI se centrará precisamente neste aspecto: a procura de inovação e o desenvolvimento de tecnologias que forneçam energia limpa, de modo que essa nova energia produza bons resultados económicos. Também devemos ter em mente que as alterações climáticas estão igualmente ligadas à segurança. Temos de reflectir seriamente sobre os hábitos de vida que vamos adoptar. Nas Nações Unidas, temos um grupo de mais de 40 pequenos Estados insulares em desenvolvimento cuja existência está ameaçada pelo aquecimento do planeta e as suas consequências. As relações e a cooperação internacional deverão tomar em consideração estes assuntos, que exigem a solidariedade de todos, porque os efeitos das alterações climáticas não conhecem fronteiras. Haverá, por exemplo, novas vagas de imigração entre regiões e entre países. O conceito de “fronteiras” terá, sem dúvida, um sentido diferente daquele que teve até agora. Trata-se de uma questão de segurança, insisto. É por isso que a segurança deve ser analisada e repensada. É uma questão da maior importância. Temos de estar preparados.

### Sobre a reunião de alto nível do Secretário-Geral

O Secretário-Geral fez das alterações climáticas uma das suas grandes prioridades, e com razão, porque se trata de um pro-

blema difícil e a longo prazo. É, sem dúvida, “a” questão do século XXI e deve ser abordada de uma maneira sistemática. Não basta realizar uma campanha assente numas quantas resoluções e conclusões. Não podemos agir como de costume. As alterações climáticas são um problema mundial que exige um compromisso do mundo inteiro. É por isso que lhe devemos dar prioridade absoluta. Convidei os Chefes de Estado e de Governo a darem uma importância e atenção especiais a este problema no Debate Geral da Assembleia Geral. A Reunião de Alto Nível organizada pelo Secretário-Geral e intitulada “O Futuro nas Nossas Mãos: Enfrentar o Desafio que as Alterações Climáticas Representam para os Líderes”, que terá lugar a 24 de Setembro, imediatamente antes do início do debate geral, constituirá uma introdução perfeita à 62ª. Sessão da Assembleia Geral.

### Bali e o pós-Quito

De 3 a 14 de Dezembro decorrerá em Bali (Indonésia) a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em que se examinará a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Para a reunião de Bali procuraremos criar um clima político muito mais propício do que aquele que existia há uns meses. Trata-se de um momento muito importante. Em Bali a atenção incidirá sobre o aspecto ambiental do problema, mas também teremos de nos debruçar sobre todos os outros aspectos. Depois da reunião de Bali, seria bom que a Assembleia Geral constituísse um grupo de peritos, através do qual convidaríamos homens de negócios, académicos, investigadores e representantes de ONG a examinarem as propostas de fundo formuladas como resultado do debate geral e da reunião de alto nível. O grupo de peritos poderá desenvolver essas propostas, procurando encontrar soluções para os problemas levantados ou alternativas. Em resumo, lançará as bases de um roteiro que o Secretário-Geral poderá apresentar posteriormente à Organização e a todo o sistema das Nações Unidas.

(Continua na página 3)

**Entrevista de Srgjan Kerim, Presidente da Assembleia Geral** (continuação)**O financiamento do desenvolvimento**

Outra questão de importância crucial é o financiamento do desenvolvimento. A Assembleia Geral realizará uma Conferência Internacional de Seguimento sobre o Financiamento do Desenvolvimento em Dohar, no Qatar, na segunda metade de 2008. Para a cimeira no Qatar, deveríamos aproveitar a 62ª Sessão para abrir um debate tão amplo e aprofundado quanto possível entre os Estados-membros, a fim de definir os preparativos dessa cimeira.

**A aplicação da estratégia contra o terrorismo**

É também muito importante que os Estados-membros examinem a aplicação da Estratégia contra o Terrorismo, adoptada em Setembro de 2006, para determinar se estão a ser usados de maneira satisfatória todos os instrumentos disponíveis. Precisamos de ver quais os aspectos que devemos reforçar e como se pode melhorar a cooperação e a solidariedade entre os Estados-membros na luta contra o terrorismo.

Temos ainda de nos debruçar sobre os aspectos políticos e institucionais do problema.

**A reforma da gestão**

A Organização deve reformar-se, para se adaptar eficazmente aos problemas actuais. A reforma da gestão é crucial para a legitimidade desta Organização, para a sua imagem e credibilidade. Chegou a altura de enfrentarmos seriamente o problema e de começarmos a produzir resultados tangíveis, de uma forma gradual mas firme. Com esse intuito, tenciono organizar um debate temático sobre a reforma administrativa, a fim de avaliar os progressos feitos desde a Cimeira Mundial de 2005 e de examinar as medidas que devemos adoptar no futuro. Considero que a reforma administrativa redundou no interesse de todos e que os Estados-membros devem tomar a iniciativa nesta matéria.

**A realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**

Por último, embora não por isso menos importante, temos de vigiar a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Estes merecem toda a nossa atenção, porque têm que ver com a credibilidade moral e política das Nações Unidas. Fiquei muito impressionado com a Cimeira do Milénio, celebrada na Sede da ONU em Nova Iorque, em 2000, quando os dirigentes ratificaram a Declaração do Milénio. Hoje, sete anos depois, devemos submeter os ODM a um exame aprofundado, não só para exprimir críticas mas também para que os Estados-membros redobrem os esforços com vista a tornar esses objectivos mais realistas, em termos de prazos e da sua consecução, pelo menos durante o tempo que resta até 2015. Neste sentido, seria útil convidar os dirigentes – tanto mais que surgiram muitos novos dirigentes desde que os objectivos foram aprovados – a velarem por que, desta vez, não falhemos. Obviamente, falhámos nos primeiros sete anos.

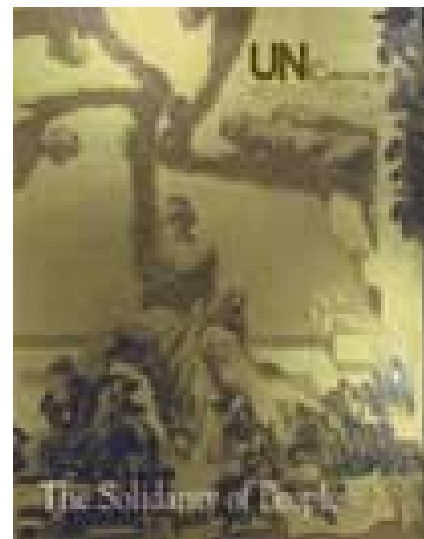
**As dificuldades em alcançar os diversos objectivos**

Um dos objectivos – o sétimo – tem que ver com a sustentabilidade ambiental. Está, evidentemente, ligado às alterações climáticas. Isto significa que temos de nos debruçar sobre as alterações climáticas no quadro do conceito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e determinar as diferentes responsabilidades. O que farão os países desenvolvidos para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar o problema do ambiente e do aquecimento do planeta? O que farão os países desenvolvidos para ajudar os países em desenvolvimento, em particular a África, a resolver os problemas no domínio da saúde? Temos de examinar estas questões. Um exame geral não basta; pelo contrário, devemos estudar cada um dos oito objectivos separadamente, para prestar mais atenção àqueles que apresentam um atraso considerável. Assim poderemos determinar onde estamos, o que se realizou já e o que nos falta fazer até ao ano 2015.

**A Aliança das Civilizações e outras questões**

É claro que devemos também abordar as outras questões que figuram, desde há anos, na ordem do dia da Assembleia Geral. Essas questões confirmam a continuidade dos trabalhos da Assembleia. São também muito importantes para o reforço da Organização e a sua autoridade, em especial as que se referem à reforma do Conselho de Segurança e à coerência à escala do sistema.

Há também a questão da Aliança das Civilizações. Apoio sem reserva a missão do Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, o antigo Presidente de Portugal, Jorge Sampaio. A sua missão consiste em estabelecer um plano para ajudar a Organização a tratar desta questão tão delicada. Infelizmente, como todos sabemos, existem muitas tensões, fricções e “malentendidos” entre grupos religiosos de confissões diferentes. E isso não constitui uma plataforma adequada para reforçar a confiança mútua entre os Estados-membros e as diferentes regiões que integram as Nações. E, por último, também temos a sessão plenária comemorativa de alto nível sobre o seguimento dado à sessão extraordinária da Assembleia Geral sobre as crianças, prevista para 11 e 12 de Dezembro de 2007.



## Dia das Nações Unidas celebrado em todo o mundo



O dia 24 de Outubro, em que se assinalou o 62.º aniversário da ONU foi marcado por celebrações que incluíram desde a

plantação de cerca de 2 000 árvores na Etiópia e a abertura de uma exposição num dos maiores centros comerciais da Ásia, a um fórum público no Afeganistão e concertos de música clássica em Nova Iorque.

Em Adis-Abeba, funcionários das Nações Unidas plantaram 2 000 árvores num parque nacional próximo da capital etíope e realizaram a cerimónia tradicional do içar da bandeira como parte de uma série de eventos destinados a comemorar o Dia.

Os professores e alunos da Universidade de Cabul, no Afeganistão, realizaram uma sessão de perguntas e respostas sobre o papel das Nações Unidas, em que irá participar o Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral, Christopher Alexander.

Em Banguecoque, 22 instituições das Nações Unidas e organizações internacionais com escritórios na capital tailandesa participaram numa exposição bilingue realizada no CentralWorld, o maior centro comercial da cidade, destinada a mostrar as muitas formas como a Organização tenta melhorar a vida das pessoas naquela região.

O Primeiro-Ministro tailandês, Surayud Chulanont, proferiu um discurso na cerimónia oficial realizada no Centro de Conferências das Nações Unidas (UNCC) ainda hoje, durante a qual terá lugar o içar da bandeira bem como um recital de um cantor local, e em que irão tocar uma banda e uma orquestra escolares.

Em Viena, o Serviço de Informação das Nações Unidas (UNIS) na capital austríaca organizou um fórum de estudantes em que participaram mais de 80 alunos de universidades da Áustria e da Eslováquia.

Em Genebra e em Nova Iorque, foram realizados concertos nessa noite. Na cidade suíça, foram executadas obras de Luigi Cherubini e Maurice Ravel no Victoria Hall. Em Nova Iorque, teve lugar um concerto que contou com a participação da Orquestra Filarmónica de Seul e do soprano Shin Youngok e do tenor Chung Yikun. Foram interpretadas árias de óperas de Verdi e Puccini bem como a 2.ª Sinfonia de Brahms.

Também em Timor-Leste, a Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT) organizou comemorações, que incluíram uma Feira da ONU, visitada pelo Representante Especial do Secretário-Geral Atul Khare e pelo Presidente José Ramos Horta. Atul Khare reiterou o empenhamento da UNMIT em cumprir o mandato que lhe foi atribuído pelos Estados-membros.

### Em Portugal, Dia da ONU assinalado por uma conferência

Em Lisboa, o Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais (NERI) e o UNRIC organizaram uma conferência subordinada ao tema “Os Trabalhos da ONU”, que decorreu nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). As intervenções estiveram a cargo de: Professora Paula Escarameia (ISCSP; membro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas), que falou sobre “A construção do direito internacional”; Mafalda Tello (UNRIC), que apresentou “As prioridades das Nações Unidas”; Professor Luís Mah (Objectivo 2015), que abordou “Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”; e Professor Marcos Ferreira (ISCSP), que falou sobre “As ONG e a Luta Integral contra a Pobreza: um Estudo de Caso”.



### Relatório apresenta resultados da cooperação da UE com a ONU

Por ocasião do **Dia da ONU**, o Director do Escritório das Nações Unidas em Bruxelas, Antonio Vigilante, apresentou o relatório *Improving Lives – Results from the partnership of the United Nations and the European Commission in 2006* ao Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pöttering.

O evento teve lugar no Parlamento Europeu, onde Antonio Vigilante apresentou também o relatório à Comissária Europeia para as Relações Externas e a Política Europeia de Vizinhança, Benita Ferrero-Waldner, e o Comissário Europeu para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária, Louis Michel.

O relatório, o segundo produzido pela equipa da ONU em Bruxelas, salienta os resultados da cooperação entre a ONU e a Comissão Europeia em 105 países do mundo no que se refere a defender os direitos humanos, prestar assistência humanitária e apoiar o desenvolvimento, investir em modos de vida, educação e saúde, incluindo a saúde materna e reprodutiva, e ajudar os países a recuperarem

de um conflito e impedirem a sua recorrência.

Entre os inúmeros resultados, podem mencionar-se os seguintes:

- 33 milhões de refugiados e deslocados internos receberam protecção e assistência em 70 países;
- 43 milhões de pessoas afectadas por conflitos ou catástrofes naturais, incluindo 6 milhões de pessoas no Sudão, receberam alimentos;
- 49 milhões de metros quadrados de terras foram desminados;
- 2000 crianças usadas pelas forças armadas na Libéria e na Costa do Marfim foram reintegradas numa vida normal;
- 375 milhões de crianças foram vacinadas;
- 45 milhões de cidadãos puderam votar em eleições democráticas em dez países.

### MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL BAN KI-MOON

Na primeira mensagem que proferiu por ocasião do Dia das Nações Unidas, o Secretário-Geral Ban Ki-moon disse que, embora o mundo esteja a evoluir num sentido favorável às Nações Unidas, a organização mundial necessita de reforçar a sua capacidade de responder a desafios globais fundamentais nos domínios da paz e segurança, desenvolvimento e direitos humanos.

"Cada vez mais pessoas e governos compreendem que o multilateralismo é a única via possível, neste mundo interdependente e globalizado", disse Ban Ki-moon, na sua mensagem. "Os problemas mundiais exigem soluções mundiais e procurá-las isoladamente não é uma opção viável".

Reiterou a sua determinação em fazer tudo o que estiver ao seu alcance para incentivar a adopção, a nível mundial, de medidas decisivas contras as alterações climáticas e afirmou que a ONU é o fórum natural para estabelecer um consenso sobre esta questão premente.

Sublinhou que as expectativas em relação às Nações Unidas "aumentam de dia para dia", e advertiu que "no futuro, seremos julgados pelas medidas tomadas hoje e pelos resultados que produzirão".



## Debate Geral da Assembleia Geral Participação dos líderes do mundo lusófono



UN Photo/Marco Castro

De 25 de Setembro a 3 de Outubro decorreu, em Nova Iorque, o Debate Geral da 62.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Seguindo a tradição, foi ao **Brasil** que competiu iniciar as intervenções. No seu discurso, o **Presidente Lula da Silva** avisou que “se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes”. Apelou aos países industrializados, para que dêem o exemplo e cumpram os compromissos assumidos no Protocolo de Quioto, reconhecendo, contudo, o papel também fundamental que cabe aos países em desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul foi também referida como uma dinâmica a adoptar, a par de parcerias inovadoras com os países desenvolvidos, para que se dê “sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas”.

O **Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates**, que se dirigiu à Assembleia em nome



UN Photo/Marco Castro

da União Europeia, interveio também no primeiro dia do debate. No seu discurso, apontou a necessidade de reforma da ONU, afirmando: “O sucesso a longo prazo de

uma organização como as Nações Unidas depende da sua capacidade de resposta aos constantes e variáveis desafios e a novos actores internacionais, reformando-se, adaptando-se e renovando-se permanentemente”. Sublinhou que “a UE acredita que só com uma Organização forte e coesa poderemos aspirar a um mundo mais seguro, mais justo e mais desenvolvido.” Para o Primeiro-Ministro português, “se há ensinamento que a passagem para o século XXI nos trouxe foi o de que os desafios globais exigem respostas globais” e nenhuma instituição está melhor posicionada para forjar essas respostas mundiais às preocupações comuns do que a ONU.

José Sócrates lembrou que a UE já assumiu unilateralmente o compromisso de reduzir em pelo menos 20% as suas emissões de Gases com Efeito de Estufa, acrescentando: “mas queremos ir mais longe”

**José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola**, interveio também no dia 25. Lembrou que o seu país vive há pouco mais de cinco anos em paz e se encontra em vias da completa normalização política, económica e social, pretendendo participar de pleno direito nas batalhas da comunidade internacional. A provar esse empenhamento, o Presidente referiu o facto de o país ter já assinado todos os protocolos respeitantes à protecção ambiental, nomeadamente Quioto e Montreal.

Angola está igualmente empenhada em colaborar activamente na resolução de conflitos na região e em todo o continente africano. A este respeito, José Eduardo dos Santos salientou a participação destacada de Angola na Comissão de Consolidação da Paz.

Outro dos temas assinalados pelo Chefe de Estado angolano foi a globalização e a necessidade de se regular este fenómeno, com vista a atenuar as assimetrias entre o centro e a periferia do sistema económico. África tem de ser o principal alvo da acção no sentido da concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, insistiu.

No dia 26 mais dois membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa fizeram ouvir a sua voz na Assembleia Geral: São Tomé e Príncipe e Moçambique.

No seu discurso, o **Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique Bandeira Melo de Menezes**, disse associar-se aos apelos para derrotar o terrorismo em toda a parte, salientando, porém, que “tal não será alcançado pela força militar, mas pelas ideias e ideais que conquistam as mentes e os corações”. Quanto aos ODM, Fradique de Menezes manifestou o seu pesar perante os reduzidos progressos alcançados. Invocando a metáfora da globalização como uma maré enchente que elevaria todos os barcos, o Presidente são-tomense sustentou que este fenómeno “em muitas partes do mundo elevou os iates, mas afundou os barcos e remos”. Apontou alguns aspectos positivos da situação no seu país e agradeceu a ajuda externa recebida.

A intervenção do **Presidente de Moçambique, Armando Guebuza**, centrou-se nas alterações climáticas, cujas consequências, afirmou, “são sentidas mais duramente nos países em desenvolvimento, como Moçambique, dada a sua insuficiente capacidade de previsão, em termos de recursos humanos e técnicos”. Defendeu que os três pilares do desenvolvimento sustentável devem ser abordados de uma forma integrada e coordenada. Manifestou a esperança de que na Conferência de Bali se chegue a um consenso sobre o financiamento dos planos de acção nacionais de adaptação às alterações climáticas, bem como sobre o fundo de adaptação. E terminou

dizendo que agir contra as alterações climáticas significa, a longo prazo, preservar a paz e a segurança e garantir condições para a realização dos ODM, pelo que há que agir já.

No terceiro dia foi a vez de Timor-Leste e a Guiné-Bissau fazerem ouvir as suas vozes.

O **Presidente José Ramos-Horta** aproveitou a oportunidade para expor a situação de **Timor-Leste**, lembrando que, apesar de a ordem pública ter sido restabelecida, a relativa tranquilidade que se vive actualmente no país é precária. Apelou a que a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas venha a incluir Timor-Leste na sua agenda, como um seguimento à acção da UNMIT. Concluiu afirmando que as consultas e negociações sobre o sistema da ONU e, em particular, o Conselho de Segurança deveriam ter início, manifestando-se a favor de uma abordagem gradual.

**João Bernardo Vieira, Presidente da República da Guiné-Bissau**, referiu que, tal como muitos outros países da África Ocidental, a Guiné-Bissau se vê confrontada com o fenómeno do tráfico de droga, cuja erradicação só poderá ser conseguida com a cooperação internacional. Registou com agrado a próxima realização de uma Conferência Internacional sobre Tráfico de Droga na África Ocidental e agradeceu ao Governo português o facto de ter aceitado acolhê-la em Lisboa. Reconheceu o contributo do sistema da ONU e em especial da UNOGBIS para o processo de paz e de estabilidade política, bem como o papel do ECOSOC. Salientou os avanços conseguidos pela CPLP, cuja relação com a ONU tem evoluído de uma maneira satisfatória.

A 28 de Setembro, chegou a vez de **Cabo Verde**, representado pelo seu **Primeiro-Ministro, José Maria Pereira Neves** fazer ouvir a sua voz. A sua intervenção centrou-se nas alterações climáticas e nos seus efeitos nefastos para os Pequenos Estados Insulares, cuja situação exige especial atenção e tratamento diferenciado. Apontou os efeitos catastróficos da seca e da desertificação, fenómenos que têm um impacte muito negativo no rendimento das famílias além de minar os esforços dos governos e condicionar fortemente a mobilização e afectação de recursos para o financiamento do desenvolvimento. Apelou à ONU para que tome em consideração a situação especial desses Estados e salientou a necessidade de modalidades inovadoras de ajuda e de financiamento, mais adequadas ao ritmo de desenvolvimento pretendido para Cabo Verde. Destacou ainda a necessidade de uma perspectiva multilateral sólida, equilibrada e justa e disse estar firmemente convencido de que “o futuro do Mundo e dos ideais de paz, segurança e desenvolvimento implica reforçar as Nações Unidas”.

## Presidente da Assembleia Geral sublinha ligação entre paz e desenvolvimento sustentável

Num debate da Assembleia Geral sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), as causas de conflito e a promoção da paz e do desenvolvimento em África, que decorreu na Assembleia Geral, o Presidente deste órgão disse que a eliminação da pobreza anda a par da consecução da paz, exortando todos os Estados a intensificarem os seus esforços para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Srgjan Kerim fez notar que a NEPAD conseguiu “progressos louváveis” em áreas decisivas como o desenvolvimento de infra-estruturas, a agricultura, a saúde e a educação, acrescentando, porém, que “obviamente há ainda um longo caminho a percorrer”. Sublinhou que, como está consagrado nos princípios da NEPAD, “a apropriação dos projectos por parte de África e a sua liderança são cruciais e devem continuar a nortear as respostas aos desafios futuros”.

Usando da palavra durante o debate, o Secretário-Geral Ban Ki-moon afirmou que, embora muitos países africanos tenham feito grandes avanços no sentido da realização dos ODM, “de um modo geral, o continente não está no bom caminho para alcançar estas metas, até 2015”.

A pobreza extrema “continua a impedir milhões de jovens africanos talentosos e promissores de realizarem as suas potencialidades”, disse.

O apoio unificado da ONU, em domínios como a governação e o reforço das capacidades institucionais, é essencial para ajudar a consolidar as mudanças positivas recentes, declarou.

“Temos de assegurar que a ONU desempenhe ao máximo o seu papel em todo o continuum da paz – desde a prevenção de conflitos ao estabelecimento, manutenção e consolidação da paz”, disse.

**Para mais informações**

## Eleitos cinco membros não permanentes do Conselho de Segurança

A Assembleia Geral elegeu o Burquina Faso, a Costa Rica, a Croácia, a Líbia e o Vietname membros não permanentes do Conselho de Segurança, por um período de dois anos, com início a 1 de Janeiro de 2008.

Os países recém-eleitos substituirão o Congo, o Gana, o Peru, o Qatar e a Eslováquia, quando os seus mandatos terminarem, no final deste ano.

Será a primeira vez que o Vietname e a Croácia integrarão o Conselho, a segunda, no caso do Burquina Faso (já foi membro em 1984-85) e da Líbia (1976-77) e a terceira no que se refere à Costa Rica (1974-75 e 1997-98).

Os outros cinco membros não permanentes do Conselho de Segurança, cujos mandatos terminam a 31 de Dezembro de 2008, são a Bélgica, a Indonésia, a Itália, o Panamá e a África do Sul. Os cinco membros permanentes são a China, a França, a Federação Russa, o Reino Unido e os Estados Unidos.

**Para mais informações**

## Assembleia Geral promove aproximação entre as religiões e as culturas

“Vivemos um período sem precedentes, graças à Internet e a toda uma rede de telecomunicações e de laços económicos, que, embora contribuam para a aproximação e o enriquecimento da nossa experiência humana, revelam as fragilidades da nossa compreensão mútua”, declarou Srgjan Kerim, Presidente da Assembleia Geral, na abertura do Diálogo de Alto Nível sobre a Compreensão entre as Religiões e as Culturas e a Cooperação para a Paz.

O Secretário-Geral da ONU declarou que é urgente lançar as bases de um diálogo intercultural construtivo, preveniu Ban Ki-moon.

Numa mensagem lida por Iqbal Riza, Assessor Especial do Secretário-Geral para a Aliança das Civilizações, Jorge Sampaio, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, declarou que o diálogo é particularmente pertinente, na medida em que leva a que seja reconhecida, ao mais alto nível, a necessidade de atenuar as crescentes tensões culturais e religiosas.

Falando em nome da União Europeia, João Gomes Cravinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, disse que a compreensão mútua não implicava impor os nossos valores, cultura ou fé aos outros. Implicava respeitar os diferentes valores e crenças com base na consciência dos objectivos e desafios comuns a nível político, económico e social. Para além dessas atitudes e competências culturais, os líderes mundiais deveriam centrar-se na cooperação concreta e em acções comuns.



UN Photo/Marco Castro

**Para mais informações sobre sessão do dia 4/10 Sobre a sessão do dia 5/10**

## Conselho de Segurança pede reforço do papel das mulheres no domínio da paz e da segurança



UN Photo/Ryan Brown

apesar dos apelos para que as mulheres e as raparigas sejam protegidas.

Na abertura da reunião, na qual entrevistaram 60 oradores, o Secretário-Geral Ban Ki-moon disse que “há ainda muito a fazer pelas Nações Unidas e os Estados-membros” no sentido de aplicarem as disposições da resolução 1325, adoptada pelo Conselho de Segurança em 2000.

Reconhecendo os avanços recentes no sentido de envolver as mulheres na procura da paz, da justiça e da reconciliação, o Conselho de Segurança exortou os países e o sistema das Nações Unidas a alargarem a participação das mulheres na tomada de decisões e a adoptarem medidas concretas para proteger as mulheres e as raparigas contra a violência de género durante os conflitos.

O Conselho manifestou também a sua profunda preocupação pelo facto de a violência de género, em especial a violação, continuar a ser “generalizada” e, em algumas situações, se ter tornado “sistemática”,

ainda muito a fazer pelas Nações Unidas e os Estados-membros” no sentido de aplicarem as disposições da resolução 1325, adoptada pelo Conselho de Segurança em 2000.

Salientando a necessidade vital de combater a violência contra as mulheres, que atingiu “proporções abomináveis” e se tornou uma verdadeira “epidemia”, em algumas sociedades em fase de recuperação após um conflito, o Secretário-Geral pediu ao Conselho que criasse um mecanismo encarregado de vigiar a violência contra as mulheres e as raparigas, no quadro da resolução 1325.

A Assessora Especial do Secretário-Geral para a Igualdade de Género e a Promoção da Mulher, Rachel Mayanja, que apresentou o relatório do Secretário-Geral sobre as mulheres, a paz e a segurança, sublinhou os progressos alcançados pelo sistema da ONU na aplicação da resolução 1325 (2000), mas afirmou que, apesar da condenação repetida da violência de género pelo Conselho e dos seus pedidos para que as partes em conflito ponham fim a tais actos, tal violência persiste.

Disse estar convencida de que o mundo vive um momento da história em que é capaz de renunciar a todas as formas de violência, desde que esteja determinado a eliminá-la. “Hoje, este Conselho pode acelerar esse movimento criando um mecanismo de vigilância da situação das mulheres e das raparigas em conflitos e responsabilizando as partes nos conflitos pela violência sexual ou de género”, disse.

**Para mais informações**

## Iraque: reforma da Constituição é indispensável para a reconciliação



Nações Unidas para o Iraque (UNAMI), sublinhou o novo mandato atribuído à Missão no sentido de promover a reconciliação e exortou os dirigentes iraquianos a “ultrapassarem a retórica e as puras declarações de

Um dos principais desafios a superar para que haja reconciliação no Iraque é conseguir rever a Constituição e os principais textos legislativos sobre o petróleo e a reforma da “desbaasificação”, sublinhou o Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos perante o Conselho de Segurança, a 19 de Outubro.

B. Lynn Pascoe, que apresentou o último relatório do Secretário-Geral sobre a Missão de Assistência da

intenção”.  
No domínio da justiça, B. Lynn Pascoe sublinhou a responsabilidade especial do Governo por levar a tribunal os autores de violações de direitos humanos. O Secretário-Geral Adjunto lembrou a afirmação de Ban Ki-moon de que “há uma oportunidade que não se deveria perder” de transformar alguns factos positivos recentes numa base para alcançar a reconciliação nacional.

## Guiné-Bissau

### Tráfico de droga ameaça a consolidação da democracia na Guiné-Bissau,

Apesar dos recentes progressos alcançados nos domínios das finanças públicas e da cooperação com instituições financeiras internacionais, a consolidação da democracia na Guiné-Bissau está a ser entravada por inúmeros desafios, em particular o tráfico de droga, afirma o Secretário-Geral, Ban Ki-moon, num novo relatório, publicado a 1 de Outubro.

“O tráfico de droga ameaça subverter o processo de democratização ainda embrionário da Guiné-Bissau, instalar o crime organizado e minar o respeito pelo Estado de direito”, escreve

Ban Ki-moon, no relatório apresentado ao Conselho de Segurança sobre as mais recentes actividades do Gabinete das Nações Unidas de Apoio à Manutenção da Paz (UNOGBIS).

“Dada a incapacidade do país no que se refere a combater sozinho este novo fenómeno, é necessária uma resposta colectiva”, escreve Ban Ki-moon. “O apoio técnico e financeiro vital dos parceiros regionais e internacionais é necessário com urgência”

[Para mais informações](#)

### Conselho de Segurança avisa que o tráfico de droga e outros crimes

O tráfico de droga e o crime organizado ameaçam comprometer os esforços da Guiné-Bissau para desenvolver o Estado de direito, a democracia e uma governação transparente e destabilizam a África Ocidental, disse o Conselho de Segurança, a 19 de Outubro.

Numa declaração presidencial lida pelo Embaixador Leslie Kojo Christian, do Gana, os membros do Conselho pedem às ONU que examine como poderia aumentar o apoio às tentativas de combater a criminalidade por parte do Governo.

## Comissão de Consolidação da Paz

### Libéria preenche condições para beneficiar do apoio do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz

O Secretário-Geral, Ban Ki-moon, declarou, a 4 de Outubro, que a Libéria preenche as condições para beneficiar da assistência do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz, criado há um ano para auxiliar os Estados que saem de conflitos a consolidar os seus avanços e a não mergulharem de novo na guerra.

Ban Ki-moon deu igualmente instruções à Missão das Nações Unidas na Libéria

(UNMIL) para que inicie consultas com o Governo liberiano e os parceiros locais da sociedade civil com vista à criação de um plano de prioridades, declarou aos jornalistas a Porta-voz do Secretário-Geral, Michelle Montas. Esse plano deverá mencionar as actividades primordiais a realizar para fazer avançar a consolidação da paz na Libéria.

[Para mais informações](#)

### Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas deveria trabalhar com mais países



A Comissão de Consolidação da Paz, criada há um ano com a missão de ajudar os países emergentes de conflitos a não mergulharem de novo na violência, deveria começar a incluir mais Estados na sua agenda, disse o Presidente da Comissão ao Conselho de Segurança, a 17 de Outubro.

Apresentando o trabalho do primeiro ano de actividade da Comissão ao Conselho de Segurança, o Embaixador Yukio Takasu disse que “poderá ser apropriado” incluir outras nações – para além do Burundi e da Serra Leoa, que fazem já parte da agenda – aos seus planos de trabalho. Yukio Takasu apelou ao estabelecimento de relações de trabalho mais próximas entre a Comissão e os organismos principais da ONU, em especial, o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e o Conselho Económico e Social (ECOSOC).

Falando em nome da União Europeia, o

Representante de Portugal, Embaixador João Salgueiro, reafirmou o apoio à criação de uma nova arquitectura no domínio da manutenção da paz e apoiou activamente o trabalho da Comissão de Consolidação da Paz e do Fundo do mesmo nome. Subscreeveu as conclusões do Secretário-Geral, que salientaram a importância das parcerias internacionais e da apropriação nacional. afirmou que a um processo inclusivo e participativo é a única maneira de garantir uma paz duradoura e lembrou a importância de envolver nesse processo todas as partes interessadas, nomeadamente a sociedade civil, o sector privado, os governos, as ONG e os doadores actuais e potenciais. A fim de maximizar o impacto da Comissão, pronunciou-se a favor de uma maior coordenação entre a Sede e o terreno e de uma visibilidade acrescida no terreno, graças a estratégias de comunicação.



[Para mais informações](#)

### Sara Ocidental: Ban Ki-moon deseja “verdadeiras negociações”

O Conselho de Segurança deveria pedir a Marrocos e à Frente POLISARIO que estabelecessem “verdadeiras negociações” sobre a questão do Sara Ocidental, afirma o Secretário-Geral, no seu último relatório sobre a Missão das Nações Unidas para a organização de um referendo naquele território (MINURSO).

Dada a situação actual no terreno e tendo em conta os esforços desenvolvidos pelo seu Enviado Especial, o Secretário-Geral recomenda ao Conselho de Segurança que prorrogue o mandato da MINURSO por um novo período de seis meses, até 30 de Abril de 2008.

A declaração acolhe com agrado a decisão, tomada pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), de convocar uma reunião regional sobre tráfico de droga, ainda este ano, bem como os planos para realizar uma conferência internacional em Lisboa, em Dezembro, que aborde especificamente o impacto do tráfico na Guiné-Bissau.

[Mais informações](#)

## 58ª. Sessão do Comité Executivo do ACNUR

**“O século XXI é o século da deslocação humana”,  
afirma António Guterres**



Perante o fenómeno complexo das migrações, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apelou a que se reconheçam as novas causas de deslocações maciças de populações.

“Cada perspectiva económica, cada navio pronto a partir, cada catástrofe, cada conflito é o cunho de um século XXI marcado por movimentos de população”, declarou António Guterres, Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, na abertura do Comité Executivo.

Embora gerir as migrações não faça parte do mandato do ACNUR, António Guterres sublinhou a necessidade

de compreender a estrutura das deslocações das populações contemporâneas. Se bem que a pobreza seja um factor, “é preciso reconhecer a natureza mista de numerosos movimentos de população contemporâneos”, explicou aos participantes na reunião.

Perante a natureza mista de muitos fluxos populacionais, o Alto-Comissário afirmou: “a capacidade de recensear essas pessoas, de garantir o acesso físico aos procedimentos de asilo e a uma análise justa do seu pedido constitui um elemento-chave da nossa missão”.

No final de 2006, o número de pessoas que se inseria na esfera de competência do ACNUR elevava-se a 32,9 milhões. Após vários anos de queda, o número de refugiados que fogem de conflitos e perseguições aumentou de novo no ano passado e esse aumento continuou a registar-se em 2007.

**Para mais informações**  
**Versão integral do discurso (em inglês)**

**No seu discurso de encerramento, Alto-Comissário para os Refugiados enumera dez compromissos que orientarão a acção do ACNUR**



Ao encerrar a 58ª. Sessão do Comité Executivo, António Guterres enumerou os dez compromissos que orientarão a acção do ACNUR no próximo ano: compromisso em relação ao mandato, perante os beneficiários, de proteger, de encontrar soluções, quanto à sustentabilidade das soluções, de reforma interna, de reforma da ONU,

relativamente às parcerias, em relação à segurança e bem-estar do pessoal do ACNUR, de mais diálogo e cooperação com os Estados-membros e os membros do Comité Executivo.

**Para mais informações (em inglês)**

### Relatório anual do ACNUR destaca preocupações com a segurança

As preocupações com a segurança ocupam um lugar preponderante nos regimes de asilo num número crescente de países, assistindo-se a uma tendência preocupante para relegar os direitos das pessoas para um segundo plano, afirmou a Alta Comissária Assistente Erika Feller, ao apresentar algumas das conclusões principais do relatório anual do ACNUR.

A detenção arbitrária de indivíduos, incluindo crianças, e a privatização da detenção, são particularmente inquietantes, disse Erika Feller, que considera que, em algumas regiões, o asilo é uma “lotaria” e que os Estados aplicam as normas da Convenção de 1951 sobre o estatuto dos refugiados de uma maneira desigual.

Embora o relatório revele algumas luzes de esperança no horizonte, o ACNUR manifestou a sua preocupação pelo aumento de uma categoria de pessoas que estão prestes a tornar-se “intocáveis” para os países de reinstalação.

**Para mais informações (em inglês)**

### Uma melhor educação das crianças minimiza os riscos



Na véspera do Dia Internacional para a Redução de Catástrofes Naturais, Sálvano Briceño, Director da Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes (ISDR na sigla inglesa) das Nações Unidas, realçou a necessidade de melhorar a preparação das crianças para enfrentar catástrofes e de reforçar a sua segurança na escola.

“Muitas crianças morrem porque não estão correctamente educadas para enfrentar catástrofes ou porque frequentam a escola em edifícios inseguros. Tornar as escolas mais seguras deve ser a prioridade de todos os governos dos países localizados em áreas de risco”, afirmou Sálvano Briceño.

A ISDR lançou uma nova publicação – *Towards a Culture of Prevention: Disaster Risk Reduction Begins at School* (“Para uma cultura de prevenção: a redução dos riscos de catástrofe começa na escola”) –, que contém 35 exemplos práticos para melhorar a segurança nas escolas.

Podemos encontrar bons exemplos de projectos para preparar as crianças contra os acidentes naturais no Bangladesh, Indonésia, Moçambique, Costa Rica, Madagáscar, Filipinas, Irão, Tanzânia e Peru; as iniciati-

vas de segurança da Índia, do Japão e do Nepal podem ser aplicadas globalmente.

“Ensinar as nossas crianças hoje é preparar a próxima geração para enfrentar melhor os riscos de catástrofe amanhã”, afirmou Sálvano Briceño.

Para iniciar as crianças nos conceitos básicos sobre redução de riscos de acidente, foram lançadas as versões em francês, espanhol, chinês e russo do jogo em linha “Stop Disaster”.

Neste jogo, lançado o ano passado em Inglaterra, os jogadores são confrontados com cenários de catástrofes, tendo de reduzir os respectivos riscos com um determinado orçamento.

Os esforços da ISDR para a educação das crianças fazem parte da sua campanha mais alargada “A educação para a prevenção de catástrofes começa na escola”, focada na melhoria da segurança dos edifícios escolares e na integração da prevenção de catástrofes nos programas escolares.

A campanha teve início no ano passado com o apoio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), da UNICEF (Fundo para a Infância da ONU), da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), da ONG ActionAid International, entre outros parceiros.

**Para mais informações**



## Conselho de Direitos Humanos condena repressão em Myanmar

O Conselho de Direitos Humanos reuniu, a 10 de Outubro, para uma sessão extraordinária sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar, a pedido de 17 Estados-membros, tendo adoptado uma resolução que pede a libertação de todos os manifestantes detidos e dos presos políticos. A resolução foi adoptada por consenso.

“A resposta brutal dada pelas autoridades de Mianmar às manifestações pacíficas é apenas a demonstração mais recente da repressão das liberdades e direitos fundamentais no país, desde há mais de 20 anos”, declarou a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Louise Arbour.

Citando o número considerável de imagens e de informações provenientes do país, Louise Arbour afirmou que “as autoridades de Mianmar não podem continuar a esperar que o seu isolamento voluntário as proteja de serem responsabilizadas” pela sua actuação.

Pelo seu lado, o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar, Paulo Sérgio Pinheiro, disse estar chocado com o número crescente de mortos e feridos entre os manifestantes.

O Representante de Mianmar, Nyunt Swe, afirmou que a situação era complexa e que o seu país estava a enfrentar uma insurreição. Acusou os países ocidentais e os manifestantes de terem “aproveitado queixas sobre o aumento dos preços do petróleo para explorar a situação no plano político” e de terem convencido os monges budistas a participarem nos protestos.

Esta sessão foi a quinta sessão extraordinária do Conselho de Direitos Humanos, desde a sua criação, em Junho de 2006. A primeira e a terceira sessões extraordinárias foram consagradas à situação no território palestino ocupado e tiveram lugar, respectivamente, em Julho e Novembro de 2006. A segunda realizou-se a 11 de Agosto de 2006 e

foi dedicada à situação no Líbano. A quarta decorreu em Dezembro de 2006 e incidiu sobre a situação dos direitos humanos no Darfur (Sudão).

Nos termos da resolução 60/251, que criou o Conselho de Direitos Humanos, este órgão “poderá convocar sessões extraordinárias, caso tal seja necessário, a pedido de um membro, com o apoio de um terço dos membros”. Dado que o Conselho é composto por 47 membros, a maioria exigida é de 16 membros.

### Para mais informações

## UNICEF e Special Olympics lançam projecto para ajudar crianças com deficiências intelectuais



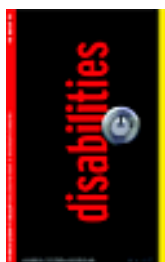
O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Special Olympics International lançaram, a 3 de Outubro, uma parceria destinada a promover os direitos das crianças com deficiências intelectuais, para assinalar os Jogos Olímpicos especiais de Verão 2007, em

Xangai. A acção da parceria irá incidir principalmente sobre as políticas de saúde, educação, desportos e emprego.

“A Special Olympics ajuda as pessoas portadoras de deficiência a desenvolverem todas as suas potencialidades”, disse Ann M. Veneman, Directora Executiva da UNICEF, naquela cidade chinesa. “Esta nova parceria visa chamar a atenção para o facto de as crianças com deficiência terem os mesmos direitos que todas as outras crianças. Têm direito a cuidados de saúde apropriados, a um ensino de qualidade e a viverem num ambiente que as proteja contra os abusos, a exploração e a doença”.

A parceria irá sensibilizar o público para as capacidades e direitos das crianças com deficiências intelectuais e pretende modificar as percepções das pessoas e contestar atitudes negativas. Irá igualmente promover a participação e empoderamento destas crianças e das suas famílias no seio das sociedades em que vivem, designadamente através do desporto, e procurará reforçar a sua autonomia, autoconfiança e capacidade de defender os seus próprios interesses.

## ONU e parceiros publicam manual de direitos das pessoas com deficiência



Com o objectivo de ajudar os legisladores a melhor compreenderem a nova Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo

Produzido em parceria pelo ACDH, a União Interparlamentar (UIP) e o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais, o manual intitulado *From Exclusion to Equality: Realizing the rights of persons with disabilities – Handbook for Parliamentarians on the Convention on the Rights of Persons with Disabilities and its Optional Protocol*, permite que os legisladores se familiarizem com a Convenção e fornece-lhes instrumentos para facilitar a sua ratificação.

Adicional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH) e os seus parceiros lançaram, a 8 de Outubro, um manual sobre as disposições do Tratado.

“Espero que o manual, para além do seu objectivo de sensibilização, impulse também a rápida ratificação da Convenção, para que se ponha fim ao vazio de protecção que tem, na prática, afectado as pessoas com deficiência,” disse a Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos Louise Arbour.

Dado que há 650 milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo, o novo guia pretende aju-

dar a enfrentar a marginalização de que tantas têm sido alvo a nível mundial, afirma o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH), num comunicado de imprensa.

Produzido em parceria pelo ACDH, a União Interparlamentar (UIP) e o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais, o manual intitulado *From Exclusion to Equality: Realizing the rights of persons with disabilities – Handbook for Parliamentarians on the Convention on the Rights of Persons with Disabilities and its Optional Protocol*, permite que os legisladores se familiarizem com a Convenção e fornece-lhes instrumentos para facilitar a sua ratificação.

“Este manual é a nossa contribuição para ajudar a derrubar as barreiras, eliminar os preconceitos e ilegalizar a discriminação no que diz respeito à deficiência,” disse o Secretário-Geral da UIP, Anders B. Johnsson.

### Para mais informações

## DIREITO À ALIMENTAÇÃO – TEMA DO DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO EM 2007

### O que é o direito à alimentação

Pelo simples facto de terem nascido, todas as pessoas têm direito à alimentação. Não é preciso fazer nada para o “merecer”; o direito à alimentação é um direito adquirido ao nascer. No entanto, isto não dá a ninguém o direito de cruzar os braços e esperar ser alimentado gratuitamente. É da responsabilidade de cada indivíduo fazer tudo o que está ao seu alcance para realizar o seu direito à alimentação. Os Estados signatários do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais são responsáveis por assegurar que aqueles que vivem dentro das suas fronteiras dispõem dos meios para o fazer.

De uma maneira geral, os Estados devem criar condições de paz, estabilidade, prosperidade e liberdade, para permitir que as pessoas se alimentem dignamente. Ainda que não sejam juridicamente obrigados a fazê-lo, os países têm a obrigação moral de assegurar que os seus cidadãos vivam ao abrigo da fome.

O direito à alimentação foi formalmente reconhecido no primeiro documento internacional sobre direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada pelas Nações Unidas em 1948. Desde então, este compromisso tem sido gradualmente reforçado com a aprovação de medidas a nível internacional e nacional.

Em 1999, a 12ª Observação Geral do Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas – o órgão encarregado de vigiar o cumprimento do Pacto Internacional – deu uma definição mais elaborada deste direito: “o direito a uma alimentação adequada é realizado quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade, tem, a todo o momento, acesso físico e económico a uma alimentação adequada ou a meios para a obter.” Os Estados têm de possibilitar a concretização deste direito, adoptando políticas e tomando medidas que garantam às pessoas a possibilidade de produzir ou comprar alimentos suficientes para as suas necessidades.

Mas o que significa uma alimentação “adequada”? Este termo designa uma alimentação suficientemente variada e abundante para satisfazer todas as necessidades nutricionais e permitir uma vida saudável e activa. O direito à alimentação é mais do que o direito a produtos essenciais ou a um consumo energético suficiente.

O Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais apela à realização progressiva do direito à alimentação, na maior medida possível face aos recursos disponíveis. Mesmo os países que não conhecem um crescimento económico podem concretizar progressivamente o direito à alimentação, eliminando os obstáculos que qualquer pessoa ou grupo possa encontrar.

### História do direito à alimentação

Atribui-se, em geral, ao Presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Roosevelt, a primeira afirmação de que todos os seres humanos nascem

com o direito inerente à alimentação, num famoso discurso de 1941. Designado o discurso das “quatro liberdades”, enunciava a liberdade de expressão, a liberdade de culto, o direito a não sofrer de privações e o direito a viver sem medo.

Depois da II Guerra Mundial, muitos países aderiram a estes princípios. Foram incluídos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada em 1948, numa das primeiras acções da Assembleia Geral da recém-criada Organização das Nações Unidas. O Artigo 25.º da Declaração cita desta forma o direito à alimentação:

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação...”

Os componentes da Declaração foram divididos em dois tratados, um sobre direitos civis e políticos e outro, sobre direitos económicos, sociais e culturais. O direito à alimentação consta do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que foi adoptado, em 1966, pela Assembleia Geral das Nações Unidas e entrou em vigor em 1976. Até à data foi ratificado por, no total, 156 países.

O Artigo 11.º do Pacto reconhece “o direito de todas as pessoas a um nível de vida suficiente para si e para as suas famílias, incluindo alimentação...” e “o direito fundamental de todas as pessoas de estarem ao abrigo da fome...”.

Uma vez ratificado por um Estado, o Pacto torna-se juridicamente vinculativo e o Estado deve então tomar medidas no sentido da sua concretização progressiva, nomeadamente através da adopção e aplicação de leis. Ao longo do tempo, à medida que tais leis são aplicadas e os tribunais resolvem litígios que lhes dizem respeito, o direito vai sendo gradualmente reforçado e integrado no sistema jurídico nacional. Nos países onde o direito à alimentação está firmemente estabelecido, a fome está a diminuir, tal como mostra o exemplo da Índia.

### Concretizar o direito à alimentação

Os indivíduos devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para tornar possível a realização do direito à alimentação, mas sobre os Estados que ratificaram o Pacto recaem três níveis de obrigações. Devem:

\* *respeitar* esse direito, o que significa que não podem empreender qualquer acção que impeça as pessoas de realizar o seu direito à alimentação;

\* *proteger* esse direito, o que significa que têm de assegurar que ninguém prive outros desse direito;

\* *realizar* esse direito, o que significa, por um lado, que os Estados devem facilitar acções que reforcem o acesso da população aos recursos e sua utilização e, por outro, que sempre que as pessoas, por razões alheias à sua vontade, sejam impossibilitadas de realizar o seu direito à alimentação, os Estados devem fornecer-lhes os meios para que o façam.

A nível internacional, o direito à alimentação ganhou um novo impulso com a adopção unânime, em 2004, das Directivas Voluntárias de Apoio à Concretização Progressiva do Direito a Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, informalmente designadas Directivas sobre o Direito à Alimentação, pelo Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Estas directivas minuciosas ajudam de uma forma concreta os Estados a cumprirem a suas obrigações.

**Para mais informações, consultar a versão integral do folheto da FAO (em inglês) sobre este tema**

### Ano Internacional da Batata

O Director-Geral da FAO, Jacques Diouf, deu início ao Ano Internacional da Batata a 18 de Outubro.

O principal objectivo do Ano consiste em promover o desenvolvimento sustentável dos sistemas baseados na batata e da indústria da batata assim como em fomentar o bem-estar dos produtores e consumidores.

Entre os eventos programados para comemorar o Ano figura um fórum mundial, promovido pela FAO, sobre “Ciência da batata para os pobres”, a ter lugar em Cuzco, no Peru, em Março de 2008.



## ASSEMBLEIA GERAL

## Sexta Comissão : apesar de divergências sobre noção de Estado de direito, delegações afirmam a sua importância para a estabilidade internacional e pedem reforço dos meios da nova Unidade de Apoio ao Estado de direito

O Estado de direito é a condição indispensável da manutenção da paz e da segurança, e do desenvolvimento dos Estados e a ONU é o lugar ideal para assegurar a promoção deste princípio, declararam, a 25 de Outubro, as delegações da Sexta Comissão (Assuntos Jurídicos), por ocasião do debate sobre o Estado de direito ao nível nacional e internacional, durante o qual não conseguiram chegar a acordo sobre uma definição comum dessa noção nem sobre as modalidades da sua aplicação.

A promoção do Estado de direito ao nível nacional e internacional está no centro da missão da ONU e do seu trabalho, afirmou a Vice-Secretária-Geral Asha-Rose Migiro, que foi apresentar, a convite da Sexta Comissão, as funções da Unidade de Apoio ao Estado de Direito.

Vários delegados saudaram os esforços de promoção do Estado de direito pelo Secretariado, tanto ao nível internacional como ao nível interno dos países. Saudando a criação do Grupo de Coordenação e de Aconselhamento sobre o Estado de Direito, o Representante do Liechtenstein insistiu também nas sinergias essenciais desenvolvidas neste domínio. Apoiado pelas delegações da Suíça, do Benim e de Portugal, que falou em nome da União Europeia, o representante do Liechtenstein disse ser a favor do reforço dos meios da Unidade de Apoio ao Estado de direito criada no seio do Secretariado.

A delegada de Portugal, Patrícia Galvão Teles, usou da palavra em nome da União Europeia para explicar que o respeito pelo Estado de direito era uma pedra angular das relações entre os Estados

e um dos princípios que regiam o funcionamento da UE e as suas relações com o resto do mundo. Sublinhou que esse princípio era também uma condição essencial de estabilidade, de prevenção de conflitos, de estabilização e de reconstrução de meios afectados por conflitos.

Lembrou as iniciativas a que a UE dera o seu apoio, desde o relatório do Secretário-Geral de 2002 sobre o reforço do Estado de direito. Saudando a resolução da Assembleia Geral sobre o Estado de direito ao nível internacional e nacional, Patrícia Galvão Teles disse que a UE considerava a questão do reforço da justiça penal a esses dois níveis como um sub-tema importante que permitia abordar questões tão essenciais como o reforço de capacidades ou a assistência técnica aos sistemas nacionais de justiça penal e

proporcionava também a possibilidade de examinar o trabalho dos Tribunais Penais Internacionais. O inventário das actividades do Secretariado é, sublinhou, também vital para o futuro trabalho da Sexta Comissão.

Falando sobre as actividades da UE no domínio da promoção do Estado de direito, lembrou que, nos últimos anos, a UE integrara a dimensão Estado de direito na sua política externa, nomeadamente em relação ao Iraque. A UE, acrescentou, é favorável ao respeito do Estado de direito no quadro da luta contra o terrorismo e à promoção da justiça penal internacional.

**Para mais informações, ver Comunicado de imprensa GA/L/3326 (em inglês) OU AG/J/3326 (em francês)**

### É essencial uma maior cooperação internacional, dizem os juizes da ONU que estão a investigar atrocidades

Altos funcionários de tribunais das Nações Unidas constituídos para julgar os responsáveis pelo genocídio de 1994 no Ruanda e as atrocidades cometidas durante as guerras dos Balcãs apelaram, a 15 de Outubro, a uma intensificação da cooperação dos Estados-membros com vista a deter os autores desses crimes horrendos e apresentá-los à justiça.

Os presidentes do Tribunal Penal Internacional para a Ex-Jugoslávia (TPIJ) e do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR) manifestaram a sua frustração pelo facto de vários fugitivos continuarem a monte, ao apresentarem os relatórios dos respectivos órgãos à Assembleia Geral.

Embora dois fugitivos de longa data do TPIJ tenham sido presos no período de 12 meses entre 1 de Agosto de 2006 e 31 de Julho do ano em curso, há outros – por exemplo, Ratko Mladic e Radovan Karadzic – que ainda não foram detidos.

"Não acreditamos que ninguém saiba onde estão estes fugitivos e consideramos que o facto de ainda não ter sido efectuada a sua detenção... é uma afronta à justiça e ao primado do direito sobre a impunidade", afirmou o Presidente do TPIJ, Fausto Pocar.

"Com efeito, a sua não detenção é uma contradição em relação aos princípios proclamados pela comunidade internacional e que serviram de base à constituição do Tribunal Internacional", acrescentou.

Dennis Byron, Presidente do TPIR também pediu a ajuda da comunidade internacional para garantir a detenção dos 15 acusados que continuam a monte.

"As nações aqui representadas hoje devem reconhecer os riscos que o facto de permanecerem fugidos representa para a consecução da justiça internacional", declarou.

**Para mais informações**

### Perto de 50 países tomam parte em Tratados na cerimónia anual das Nações Unidas

Quarenta e sete países participaram na Cerimónia dos Tratados 2007. A Cerimónia – centrada na paz, no desenvolvimento e nos direitos humanos – decorreu paralelamente ao debate geral da Assembleia Geral, na Sede da ONU em Nova Iorque, e saldou-se em 40 assinaturas e 39 ratificações, aprovações, aceitação, adesões e outros actos jurídicos.

Tendo tido lugar de 25 a 27 de Setembro e nos dias 1 e 2 de Outubro, a cerimónia deu destaque a 43 acordos, incluindo os que tratam de direitos humanos, terrorismo, crime organizado, corrupção, questões ambientais, Direito do Mar, desarmamento e comércio internacional.

A cerimónia anual, que se realiza desde 2000, procura promover uma maior participação dos países nos mais de 500 Tratados depositados junto do Secretário-Geral e, desse modo, fortalecer o primado do direito.

As Maldivas tornaram-se o 117º Estado signatário da Convenção dos

Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, que visa proteger os direitos dos cerca de 650 milhões de pessoas portadoras de deficiência em todo o mundo. Durante a cerimónia, a Convenção recebeu 15 assinaturas e duas ratificações e o seu Protocolo Adicional recebeu sete assinaturas. No entanto, mesmo com a ratificação da Convenção pelo Gabão e pela Índia, na cerimónia deste ano, conta apenas com sete ratificações, muito aquém das 20 ratificações necessárias para que entre em vigor.

A França e o México aderiram ao Segundo Protocolo Adicional de 1989 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ICCPR), que visa a abolição da pena de morte.

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 recebeu cinco ratificações por parte do Canadá, do Gabão, da Moldávia, de Portugal e da Suécia, enquanto a Convenção Internacional para a Repressão de Actos de Terrorismo Nuclear, de 2005, foi ratificada pelo Gabão, o Sri Lanka e a Ucrânia.

## Migrantes enviaram mais de 300 mil milhões de dólares para os seus países em 2006



Um novo estudo das Nações Unidas intitulado *Sending Money Home: Worldwide Remittance Flows to Developing Countries* revela que, em 2006, os migrantes que trabalham em países industrializados enviaram para as suas famílias mais de 300 mil milhões de dólares – ultrapassando o montante de 104 mil milhões de dólares concedido aos países em desenvolvimento, sob a forma de ajuda externa aos países em desenvolvimento.

“Este valor, que é uma estimativa moderada, mostra que os montantes aparentemente pequenos enviados para os seus países pelos trabalhadores migrantes, quando adicionados, ultrapassam grandemente a ajuda pública ao desenvolvimento”, disse Kevin Cleaver, Presidente Adjunto do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

(FIDA), co-autor do estudo em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Segundo o estudo, a Ásia foi o destino da maior parcela de remessas – mais de 114 mil milhões de dólares –, seguindo-se a América Latina e Caraíbas, com 68 mil milhões, a Europa Oriental, com 51 mil milhões, a África, com 39 mil milhões e o Próximo Oriente, com 29 mil milhões.

A Índia, com uma parcela de 24,5 mil milhões de dólares, foi a nação para a qual foram enviadas mais remessas, seguindo-se o México (24,2 mil milhões), a China (21 mil milhões), as Filipinas (14,6 mil milhões) e a Rússia (13,7 mil milhões).

O estudo revela ainda que as remessas enviadas regularmente para os países de origem por cerca de 150 milhões de migrantes ultrapassaram o investimento directo estrangeiro (IDE) nos países em desenvolvimento, o qual ascendeu, no ano passado, a 167 mil milhões de dólares.

**Para mais informações**

## Aumento dos preços do trigo coloca os preços dos produtos de primeira necessidade fora do alcance dos pobres

Os preços internacionais do trigo atingiram níveis recorde, durante os últimos três meses, elevando de tal modo os preços nacionais do pão e de outros alimentos de base, nos países pobres, que a sua aquisição fica fora do alcance de muitos cidadãos, segundo anunciou hoje a FAO.

A edição mais recente do relatório da FAO *Crop Prospects and Food Situation* apresentada na sede deste organismo, em Roma, mostra que os preços do trigo dispararam, desde Junho, devido à redução dos fornecimentos a nível mundial, aos níveis historicamente baixos dos stocks e à procura sustentada.

O preço do milho também registou um aumento acentuado, apesar da colheita abundante na América do Norte, Central e do Sul, devido à procura forte e continuada por parte da indústria dos biocombustíveis.

Paul Racionzer, do Sistema Global de Informação e Alerta Precoce da FAO, avisou que os stocks de cereais, especialmente de trigo, correm o risco de se manterem a níveis historicamente baixos no futuro próximo. Os stocks de trigo estão próximos dos seus níveis mais baixos desde há 25 anos.

**Para mais informações**

## Crescimento generalizado do investimento directo estrangeiro em 2006

As entradas de investimento directo estrangeiro (IDE) a nível mundial ascenderam a 1 306 mil milhões de dólares em 2006, o que representa um aumento de 38% em relação ao ano anterior, e, no fim do ano, situavam-se próximo do nível recorde de 2000, informa o relatório anual da CNUCED sobre tendências do investimento.

Segundo o *World Investment Report 2007*, que tem como subtítulo *Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*, o aumento registado pelo IDE em 2006 foi o maior desde 2000 e deu-se nos três grupos de economias: países desenvolvidos, países em desenvolvimento e economias em transição do Sudeste da Europa e da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

O volume do IDE a nível mundial atingiu 12 biliões de dólares, segundo o relatório. Estes investimentos foram utilizados para as actividades de cerca de 78 000 empresas transnacionais (ETN) do mundo inteiro, que possuem aproximadamente 780 000 afiliadas estrangeiras.

O aumento dos fluxos mundiais de IDE e da produção internacional reflectiram o forte desempenho económico em muitas partes do

mundo e foram, em parte, impulsionados pelos lucros crescentes das empresas a nível mundial.

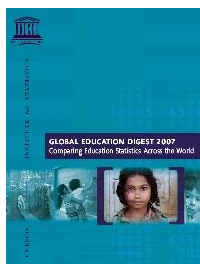
Embora as entradas de IDE nos países desenvolvidos tenham aumentado 45%, os fluxos para os países em desenvolvimento e economias em transição atingiram os níveis mais elevados de sempre. Entre as economias em desenvolvimento e em transição, quase todas as regiões e sub-regiões registaram um crescimento salutar dos fluxos de IDE em 2006.

Prevê-se que, em 2007 e em anos posteriores, o IDE continue a aumentar a um ritmo mais lento do que o registado em 2006.

**Para mais informações**



## Despesas mundiais com a educação concentram-se nuns quantos países, segundo relatório da UNESCO



Uma nova publicação da UNESCO mostra que as despesas mundiais com a educação se concentram em apenas uns quantos países: o orçamento para a educação de um país como a França ou a Itália excede as despesas com a educação de toda a África Subsariana.

Produzido pelo Instituto de Estatística da UNESCO, o relatório (*Global Education Digest 2007: Comparing Education Statistics Across the World*) conclui que os países da África Subsariana – onde reside 15% da população pré-escolar – gastam apenas 2,4% dos recursos mundiais para a educação.

Em compensação, os Estados Unidos despendem 28% do orçamento mundial para a educação,

embora só residam neste país 4% das crianças e jovens do planeta. O relatório atribui esta elevada percentagem ao grande número de estudantes universitários e ao custo relativamente elevado do ensino superior.

Com um orçamento para a educação que é praticamente igual aos da região árabe, da Europa Central e Oriental, da Ásia Central, da América Latina e Caraíbas, do Sul da Ásia, da Ásia Ocidental e da África Subsariana juntos, os Estados Unidos são, de facto, o maior investidor na educação, segundo o relatório.

Embora as despesas públicas sejam uma importante fonte de financiamento da educação, muitos países, em especial os menos desenvolvidos, dependem da contribuição dos agregados familiares e das comunidades para cobrir despesas com a educação tais como propinas, livros escolares, uniformes e salários dos professores.

**Para mais informações**

## OMS publica Guia de planeamento para cuidados paliativos destinados a doentes oncológicos



A OMS apresentou o seu primeiro guia explicativo sobre a gama de serviços de cuidados paliativos disponíveis para os milhões de pessoas que vivem com cancro em estado avançado, em todo o mundo.

Destinado aos responsáveis pelo planeamento no domínio da saúde pública, em especial nos países em desenvolvimento, o *New Guide on Palliative Care Services for People Living with Advanced Cancer* fornece informações sobre como conceber os métodos mais eficazes de prestação de cuidados paliativos, incluindo pormenores sobre modelos de saúde pública de baixo custo.

O Director para as doenças crónicas e promoção da saúde da OMS, Benedetto Saraceno, afirmou que podem

ser adoptados modelos de baixo custo, de forma a abranger a maioria da população, mesmo nos países pobres, onde a maioria dos casos não é diagnosticada antes dos estádios finais da doença.

“Os cuidados paliativos centram-se no alívio da dor e na gestão dos sintomas, muitas vezes perturbadores ou debilitantes, que afectam os doentes atingidos por doenças incuráveis, a fim de melhorar a sua qualidade de vida.

A OMS refere que as estimativas preliminares apontam para que, todos os anos, perto de 4,8 milhões de pessoas que sofrem dores moderadas a severas em consequência de câncros não recebam qualquer tratamento.

“Todos têm o direito a ser tratados e a morrer com dignidade”, disse Catherine Le Galès-Camus, Directora-Geral Adjunta da OMS para as doenças não transmissíveis e a saúde mental. “O alívio da dor – física, emocional, espiritual e social – é um direito humano”.

[Para mais informações](#)

## Asha-Rose Migiro apela a um maior investimento na prevenção da mortalidade materna

Numa altura em que morre uma mulher por minuto devido a complicações durante a gravidez e o parto, a Vice-Secretária-Geral Asha-Rose Migiro apelou a um maior investimento, com vista a melhorar a saúde das mulheres e reduzir a mortalidade materna.

“Chegou o momento de o mundo intervir em prol das mulheres. Chegou o momento de aumentar o investimento na saúde e no bem-estar das mulheres”, afirmou Asha-Rose Migiro, na abertura da conferência mundial “As Mulheres Dão a Luz”, que decorreu em Londres e teve como objectivo reduzir a mortalidade materna.

“Isto não é apenas uma necessidade premente por direito próprio; é também uma condição necessária para que nações inteiras consigam sair da pobreza”, disse Asha-Rose Migiro, dirigindo-se a uma audiência de mais de 1 500 decisores, peritos, celebridades, activistas de direitos das mulheres e representantes de organizações não governamentais.

Vários organismos das Nações Unidas advertiram que o número de mulheres que morrem durante a gravidez e o parto não está a diminuir suficientemente depressa para se conseguir atingir a meta de reduzir o número de mortes maternas em três quartos até 2015, também conhecida como ODM 5.

Para atingir essa meta será necessária uma redução anual das taxas de mortalidade materna de 5,5% entre 1990 e 2015. Mas a actual diminuição anual é inferior a 1%, segundo valores divulgados pela OMS, a UNICEF, o UNFPA e o Banco Mundial.

[Para mais informações](#)

## Organismo da ONU publica novo guia destinado a ensinar bons hábitos alimentares às crianças



searem os alimentos com segurança e evitarem riscos relacionados com a alimentação.

“Muitas pessoas não compreendem que o crescimento, a saúde e a capacidade de aprendizagem das crianças são grandemente afectados não só pela quantidade de alimentos ingeridos, mas também pela qualidade da dieta”, disse Ezzeddine Boutrif, Director da Divisão de Nutrição e Protecção do Consumidor da FAO.

“Comer não é apenas um processo biológico – depende de hábitos e percepções adquiridos, bem como do ambiente cultural e social. É por isso que a educação alimentar é tão importante”, observou.

Ezzeddine Boutrif acrescentou que os governos deviam tornar a educação alimentar uma prioridade, já que ensinar as crianças das escolas a alimentarem-se correctamente pode ajudar a reduzir futuramente as repercussões dispendiosas das doenças relacionadas com a alimentação.

[Para mais informações](#)

## OMS publica novas normas internacionais sobre a saúde das crianças e dos jovens

A OMS publicou, a 24 de Outubro, a primeira classificação internacional reconhecida para avaliar a saúde das crianças e dos jovens em função do seu estágio de desenvolvimento e do meio em que vivem.

A *International Classification of Functioning, Disability and Health for Children and Youth (ICF-CY)* confirma a importância de descrever precisamente o estado de saúde das crianças com a ajuda de uma metodologia que é, desde há muito, normal para os adultos. Esta classificação aplica códigos a centenas de funções e estruturas orgânicas, às actividades, à participação e a diversos factores ambientais que limitam os jovens ou lhes permitem funcionar em toda uma gama de actividades da vida quotidiana.

*Functioning, Disability and Health (ICF)*, que precedeu esta nova classificação, não tomava devidamente em consideração o crescimento e a evolução rápidas que se produzem nos primeiros vinte anos de vida. A nova classificação abrange de uma maneira mais pormenorizada este período importante do desenvolvimento.

A nova classificação tem repercussões importantes a nível mundial para a investigação, o estabelecimento de normas e para mobilizar recursos.

[Para mais informações \(em inglês\)](#)

*A International Classification of*



## Ban Ki-moon lidera funcionários da ONU e diplomatas na iniciativa "Levanta-te e Faz-te Ouvir"

Juntando-se às dezenas de milhões de pessoas do mundo inteiro que ergueram a sua voz na acção colectiva "Levanta-te e Faz-te Ouvir Contra a Pobreza", o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, apelou a um esforço maior, com vista a assegurar que a promessa de reduzir a miséria, a fome, a doença e o analfabetismo até 2015 seja cumprida.

Ban Ki-moon liderou um evento realizado no jardim do complexo da sede da Organização em Nova Iorque, em que participaram mais de 900 diplomatas e funcionários das Nações Unidas.

"Levantemo-nos. Manifestemos a vontade política necessária para pôr termo ao flagelo da pobreza de uma vez por todas", declarou Ban Ki-moon, começando a recitar o texto de uma promessa contra a pobreza, à qual se associaram os

presentes.

O evento, que coincidiu com a celebração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, contou com a presença do Presidente da Assembleia Geral, Srgjan Kerim, que elogiou o empenhamento de homens, mulheres e crianças do mundo inteiro que tomaram a iniciativa de chamar a atenção da comunidade internacional para a pobreza extrema.

O evento na Sede da ONU incluiu testemunhos de pessoas que se debatem com situações de pobreza extrema, uma peça musical e a atribuição de prémios às crianças vencedoras do concurso internacional de desenho das Nações Unidas sobre a erradicação da pobreza. Mais de 12 000 crianças participaram no concurso, e os seis desenhos vencedores serão emitidos como selos das Nações Unidas em 2008.

## Em Portugal, Objectivo 2015 contribui para recorde mundial

A Campanha do Milénio das Nações Unidas em Portugal, Objectivo 2015, apoiou actividades em Braga, Cascais e Lisboa. Uma cama gigante, bombos, danças e largadas de balões – houve de tudo um pouco para levar 12.886 portugueses a levantarem-se em simultâneo contra a pobreza, num total de 65.753 em todo o país.

Em Braga, o dia 17, Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, começou às 10:30, quando crianças de várias escolas coloriram a Avenida Central. Vestindo t-shirts brancas e bonés coloridos, crianças dos 3 aos 8 anos trouxeram cartazes e palavras de ordem por um mundo melhor. Seguindo o exemplo dos mais jovens, dezenas de transeuntes, incluindo idosos, juntaram-se à festa ritmada pelos bombos. Também na Universidade do Minho decorreu um "Levanta-te",

contribuindo para cerca de cinco mil aderentes em todo o concelho – a maior participação nacional. O distrito de Braga, com 8.666 participantes, contribui com 13% para o total nacional.

Em Cascais, foram também as escolas quem deu o exemplo. Durante todo o dia, estabelecimentos de todos os níveis de ensino fizeram os seus "Levanta-te", alguns com gestos simbólicos como a oferta de flores e largada de balões com mensagens por um mundo melhor. No concelho de Cascais aderiram 3800 pessoas.

Em Lisboa, a Campanha Objectivo 2015 apoiou o

## Iniciativa mundial contra a pobreza bate todos os recordes



O evento organizado no âmbito da campanha "Levanta-te e Faz Ouvir contra a Pobreza" estabeleceu um Recorde mundial do Guinness, uma vez que um número sem precedentes de pessoas de todo o mundo participaram num apelo para pressionar os líderes internacionais a cumprirem a sua promessa de acabar com a pobreza extrema até ao ano de 2015.

No período de 24 horas entre o dia 16 e 17 de Outubro, tiveram lugar mais de 6 000 eventos em 110 países, no âmbito da campanha mundial dirigida pela Campanha do Milénio das Nações Unidas e levada a cabo em parceria com a Global Call to Action against Poverty e um conjunto de organiza-

ções não governamentais (ONG), grupos religiosos e a sociedade civil.

Desde universidades e escolas a estádios de futebol e parlamentos, milhões de pessoas do mundo inteiro participaram na iniciativa. O número divulgado a 18 de Outubro – 38,8 milhões – foi corrigido uns dias depois (24 de Outubro) para mais de 43,7 milhões.

Mais de 300 000 estudantes do Cairo participaram na campanha, bem como 472 000 crianças que frequentam escolas dirigidas pelo organismo das Nações Unidas que presta assistência a refugiados palestinianos em Gaza, na Cisjordânia, na Síria, na Jordânia e no Líbano (conhecido como UNRWA).

Entre os participantes incluíram-se também adeptos do futebol, no Brasil e no Japão, bem como parlamentares da Austrália.

"Estamos muito satisfeitos por ver tantas pessoas a participar nesta campanha... para aumentar a compreensão e a realização dos ODM, especialmente, a meta de reduzir para metade, até 2015, o número de pessoas que vivem na pobreza extrema", disse Kiyotaka Akasaka.

A Ásia foi a região com o maior número de participantes, seguindo-se a África, a região árabe e a América Latina.

Mandy Kibel, Directora Adjunta de Comunicação da Campanha do Milénio das Nações Unidas, observou que os países mais pobres foram os que tiveram mais participantes. "O que a campanha «Levanta-te e Faz-te Ouvir» fez foi dar-lhes uma oportunidade de se expressarem sobre questões que são importantes para eles".



"Desperta Contra a Pobreza", que desafiou os estudantes a deitarem-se no relvado da Alameda da Cidade Universitária cobertos por um lençol branco gigante. Cerca de 400 estudantes responderam ao desafio e deitaram-se nesta cama improvisada. Com almofadas insufladas para compensar a dureza do "colchão", fizeram a sesta mais curta da história e levantaram-se de seguida em simultâneo.

Em Portugal, "Levanta-te e Faz-te Ouvir" foi organizado pela Campanha Objectivo 2015, em parceria com a Campanha Pobreza Zero. O objectivo desta acção é gerar uma mobilização em massa e inspirar uma participação contínua dos cidadãos, até que os compromissos internacionais dos Governos sejam cumpridos.

**Objectivo2015**

<http://www.objectivo2015.org>

## ONU realiza conferência neutra em carbono sobre o ambiente em Belgrado

A Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), responsável por assegurar os serviços de apoio à Conferência "Um Ambiente para a Europa", que teve início em Belgrado, a 10 de Outubro, está a examinar formas de anular os efeitos deste evento no aquecimento global, através do financiamento de projectos destinados a compensar as emissões de gases com efeito de estufa gerados pelo mesmo.

A UNECE pediu à CarbonNeutral Company para identificar possíveis projectos no domínio das energias renováveis que estejam a ser financiados pela Presidência Portuguesa da União Europeia e sejam susceptíveis de conduzir a uma redu-

ção equivalente das emissões de gases com efeito de estufa.

"Segundo estimativas preliminares, a Conferência gerará aproximadamente 3 000 toneladas de gases com efeito de estufa, não só devido a viagens aéreas, mas também à utilização de transportes locais pelos participantes, energia consumida e resíduos gerados. "Fazer com que a conferência seja neutra em carbono é também uma maneira de sensibilizar o público para a forma como os indivíduos podem assumir responsabilidade pelos gases com efeito de estufa emitidos em consequência das suas actividades diárias", afirma a UNECE.

## Fim-de-semana "Vamos limpar o mundo" apoiado pela ONU entra no ciberespaço

Trinta e cinco milhões de voluntários de todo o planeta participaram, no fim-de-semana de 13 e 14 de Outubro, na campanha "Vamos limpar o mundo", que conta com o apoio da ONU. As suas actividades penetraram pela primeira vez no ciberespaço, através da inclusão de fotografias e vídeos no serviço Google Maps, nos termos de um novo acordo, que proporciona uma plataforma global para todas as iniciativas realizadas a nível local no âmbito da campanha.

"O poder da acção ao nível das comunidades locais vai aliar-se ao poder da World Wide Web", disse Achim Steiner, Director Executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente

(PNUA), que tem vindo a organizar este evento desde 1993. No âmbito desta iniciativa, voluntários apanham lixo em praias, aldeias e outros locais, desde a Baía de Sydney, na Austrália, até à praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.

"Esperamos que este esforço da comunidade global Google subsista para além do fim-de-semana "Vamos limpar o mundo". É possível que esta iniciativa evolua no sentido de um novo fórum e de uma rede para a partilha de ideias sobre um vasto leque de problemas, que vão desde acções de limpeza locais a soluções das comunidades locais para questões prementes como as alterações climáticas."

A indústria mundial dos produtos do mar, que vale 400 mil milhões de dólares, não tem alternativa que não seja adaptar-se à procura crescente de peixe "mais verde" por parte de retalhistas e consumidores – peixe que seja amigo do ambiente e não retirado de reservas sobreexploradas, criado em lagos onde outra havia mangais ou apanhado em redes que também caçam tartarugas em vias de extinção, afirma a FAO.

"O estímulo à pesca sustentável não vem só

dos Governos e dos grupos ambientais, mas do próprio mercado", afirmou o Director da Divisão das Indústrias da Pesca da FAO, Grimur Valdimarsson, num Congresso de três dias dedicado à Indústria dos Produtos do Mar que acabou, a 27 de Setembro, em Dublin, na Irlanda, sublinhando que os principais retalhistas de produtos do mar, como a Unilever, a Tesco, a Walmart ou a Asda, já se comprometeram a colocar nos seus expositores peixe capturado ou criado exclusivamente de forma sustentável.

## Relatório da ONU considera insuficientes os progressos no domínio ambiental e apela a uma intensificação da acção



Embora as questões ambientais estejam a merecer mais atenção política, isso não tem sido suficiente para garantir progressos significativos no que se refere às alterações climáticas, perda de biodiversidade e outros problemas que afectam o planeta e ameaçam a humanidade, segundo as opiniões de 390 cientistas sintetizadas num importante novo relatório das Nações Unidas sobre o assunto.

"O facto de estarmos em 2007, com todo o conhecimento que temos e com toda a capacidade para agir de uma maneira diferente – apresentar nesta altura ao mundo um relatório que, essencialmente, diz que a nossa resposta tem sido lastimosamente insuficiente é algo que dá seriamente que pensar", disse Achim Steiner, Director Executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), em Nova Iorque, por ocasião do lançamento do relatório deste organismo, intitulado *Global Environment Outlook: environment for development (GEO-4)*.

"Nos últimos 20 anos, a comunidade internacional reduziu em 95% a produção de substâncias químicas que destroem a camada de ozono; introduziu um tratado relativo à redução dos gases com efeito de estufa e criou mercados para a

negociação e compensação de emissões; apoiou o alargamento das zonas terrestres protegidas, que passaram a abranger aproximadamente 12% do planeta; e concebeu numerosos instrumentos importantes para lidar com questões que vão desde a biodiversidade e a desertificação até ao comércio de resíduos perigosos e organismos vivos modificados", disse Achim Steiner.

Ao mesmo tempo, subsistem problemas, entre os quais se incluem a diminuição das unidades populacionais de peixes, a perda de terras férteis devido a degradação, a pressão insustentável sobre os recursos, a diminuição da quantidade de água doce, e o risco de os danos ambientais "atingirem pontos irreversíveis que desconhecemos", diz o PNUA.

O relatório reconhece que a tecnologia pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade das pessoas às tensões ambientais, mas diz que, por vezes, é necessário "corrigir o paradigma do desenvolvimento centrado na tecnologia". Sustenta que o futuro será em grande medida determinado pelas decisões que os indivíduos e a sociedade tomarem no presente. "O nosso futuro comum depende das acções que empreendermos hoje e não amanhã ou num momento qualquer no futuro", adverte o relatório.

Geralmente considerado o relatório mais completo do PNUA sobre o ambiente, o GEO-4 foi preparado por aproximadamente 390 peritos e revisto por mais de 1 000 outros peritos do mundo inteiro.

**Para mais informações**

## A indústria global dos produtos do mar terá de se adaptar à procura de peixe "mais verde"

"Nos últimos anos, a indústria dos produtos do mar esteve na incerteza quanto ao facto de estas tendências representarem apenas uma moda passageira. Hoje, a questão já não se põe: é real, é uma mudança e é o caminho do futuro", declarou.

**Para mais informações**

## Peniche recebe 1º Seminário sobre Conservação e Gestão de Zonas Húmidas

## Em Portugal



Decorreu em Peniche, a 12 e 13 de Outubro, o primeiro Seminário sobre Conservação e Gestão de Zonas Húmidas, que teve lugar no auditório da Escola Superior de Tecnologia do Mar. Integrado no seu âmbito, decorreu também o 3º Seminário sobre Sistemas Lagunares Costeiros.

O evento, organizado em parceria pela Associação PATO, pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), pelo GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, pelo Instituto Politécnico de Leiria, (IPL) e pelo UNRIC, teve o apoio da Câmara Municipal de Peniche, representada na sessão de abertura pelo Vice-Presidente Jorge Amador.

As primeiras intervenções, a cargo de João Carlos Farinha, do ICNB (que presidia também à Mesa), e João Roteiro, da Universidade dos Açores, tiveram como tema o enquadramento internacional das Zonas Húmidas.

Em seguida, ouviram-se as intervenções de Alexandra Cunha, da Universidade do Algarve, e de Miguel Pardal da Universidade de Coimbra sobre o tema “Intervir sobre o Litoral e os Estuários”, sendo Presidente da Mesa Sérgio Leandro, da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTMP).

Sobre o tema Restauração dos Sistemas Fluviais, ouviram-se as intervenções de Paula Dias, do Centro Nacional de Investigação Científica (CNRS, França), Carlos Godinho, da Universidade de Évora e António Paula Soares, da empresa Logística Florestal, S.A. A presidir à Mesa esteve António Rabação, da Universidade de Évora.

Seguiram-se as intervenções de José Carlos Ferreira, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Luís Costa, da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), Anabela Simões, do ICNB, e Susana Firmino, do Instituto da Água (INAG), subordinadas ao tema do Ordenamento e Gestão das Zonas Húmidas. Teresa Leonardo, do ICNB, presidiu à Mesa.

A última intervenção do primeiro dia de seminário foi feita por Ivan Ramirez da SPEA, sobre o tema “Criação de Áreas Protegidas Marinhas”.

No segundo dia, a manhã foi dedicada ao 3º Seminário sobre Sistemas Lagunares Costeiros, que se dividiu em duas partes: durante a primeira parte, puderam ouvir-se as intervenções de Conceição Freitas, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Anabela Oliveira, do laboratório Nacional de Engenharia Civil, e Susana Coelho, da

Universidade do Algarve. Na presidência da Mesa encontrava-se Pedro Duarte, da Universidade Fernando Pessoa. Após um breve intervalo e com Conceição Freitas a presidir à Mesa, ouviram-se as intervenções de Pedro Duarte, Paula Tavares, do Instituto Superior Técnico, Graça Cabeçadas, do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar, e Jorge Gonçalves, da Universidade do Algarve.

À tarde, o 1º Seminário sobre Conservação e Gestão de Zonas Húmidas foi retomado com as intervenções de Luís Cancela da Fonseca, da Universidade do Algarve, Pedro Beja, da empresa de consultoria ERENA, Hélder Cardoso, da Associação PATO, e Rui Rebelo, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Estas foram subordinadas ao tema “Biodiversidade em Lagoas e Pauis”, tendo a mesa sido presidida por Maria Jesus Fernandes, da Associação PATO.

O último tema abordado foi o dos “Impactos das Alterações Climáticas” – tema, aliás, transversal à actual agenda internacional. Ouviram-se então as intervenções de Ana Mafalda Tello, do Centro Regional de Informação das Nações Unidas, César Andrade, da Universidade de Lisboa, Luís Chicharro, da Universidade do Algarve, e João Vasconcelos, da ESTMP. A mesa foi presidida por Carlos Costa, Presidente do GEOTA

O 1º Seminário sobre Conservação e Gestão de Zonas Húmidas promoveu o encontro entre a comunidade técnica e científica, fazendo um balanço da situação actual e apresentando os desafios que se colocam à conservação e utilização sustentável destes ecossistemas, que, pela sua heterogeneidade e complexidade, desempenham um importante papel na preservação da biodiversidade. Na próxima edição do Boletim contamos divulgar as conclusões do Seminário.

## Fórum da OIT : Trabalho Digno para uma Globalização Justa



O Fórum Global da OIT – Trabalho Digno para uma Globalização Justa – é uma iniciativa de nível mundial que terá lugar no Centro de Congressos de Lisboa, de 31 de Outubro a 2 de Novembro. Realizado sob os auspícios da Presidência Portuguesa da União Europeia, constitui um espaço privilegiado de diálogo político entre pessoas e organizações que se preocupam com desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável.

A ideia de convocar este fórum foi lançada pela Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, no seu relatório de 2004, intitulado “Por uma Globalização Justa: Criar Oportunidades para Todos”. Este documento teve um grande impacto no mundo do trabalho e promoveu um amplo debate sobre a governação da globalização. Desde então, a agenda do trabalho digno tem vindo a ser

reconhecida como um objectivo global à escala internacional.

Este fórum conta com a participação de todos os membros do Conselho de Administração (tripartido) da OIT, organizações internacionais de empregadores e trabalhadores, autoridades governamentais, Director Geral e vários especialistas desta organização, representantes de outras agências internacionais, parlamentares, ONG, académicos, líderes políticos e de opinião.

Entre os tópicos a discutir encontram-se, para além da coerência política entre as organizações internacionais, os desafios do desenvolvimento de competências, as novas economias informais, as migrações laborais, a extensão da protecção social, o emprego dos jovens e as discriminações emergentes.

**Para mais informações sobre o Fórum**

## UM OLHAR SOBRE A ONU \*

## Os dias das Nações Unidas

A técnica é relativamente simples e frequentemente usada: a celebração de um dia internacional, assinalado com iniciativas de índole variada usado como ponto focal para se discutir um assunto, para se comemorar um avanço, para se evocar um acontecimento trágico, construindo uma consciência global e criando uma memória colectiva.

Este mês de Outubro conta com dois dias especiais – intimamente ligados à ONU – e que são oportunidades únicas para essa tal colectividade de povos, para essa tal humanidade global. Dia 17 de Outubro, o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e, uma semana depois, dia 24, o Dia das Nações Unidas.

O primeiro, celebrado com a marca da urgência, da urgência de salvar a parcela da humanidade que a cada 3,4 segundos se vê amputada de mais um membro – é esse o ritmo trágico a que morrem seres humanos por razões ligadas à fome e à pobreza extrema; o segundo celebrado com iniciativas menos impactantes como se a paz, o desenvolvimento, os direitos humanos tivessem um tempo mais lento de concretização.

No dia 17 de Outubro, por todo o mundo, mais de 43 milhões de pessoas levantaram-se contra a pobreza instando os seus governos a fazerem apenas aquilo a que se comprometeram: a dedi-

carem mais e melhor ajuda pública ao desenvolvimento. Dois apelos adicionais e interligados foram-no o do perdão da dívida externa e o da criação de regras e princípios para um comércio internacional mais justo. Foi uma mensagem muito clara: a sociedade civil não mais tolerará o fosso enorme que vai entre o que é prometido e o que é efectivamente dedicado à ajuda pública ao desenvolvimento e poderá traduzir o seu descontentamento pelo seu voto, como o sugere Luís Mah, o coordenador da campanha do milénio em Portugal.

O Dia das Nações Unidas, também ele celebrado globalmente, é um dia de congregação de vontades, também ele de reiterar de compromissos, mas desta feita para com a paz, a segurança, os direitos humanos e o desenvolvimento – entendido no espírito onusiano como um direito dos povos.

O Dia das Nações Unidas celebra-se, desde 1948, a 24 de Outubro pois foi o dia em que a Carta das Nações Unidas, o tratado multilateral que cria a ONU, entrou em vigor. A ideia que subjaz à celebração deste dia, não é o da pura evocação da entrada em funcionamento da Organização; a ONU trabalha todos os dias, em todos os cantos, mesmos nos mais esquecidos, do mundo e não é no dia do seu aniversário que veste uma roupa de festa e mostra a sua melhor

cara. A ideia é a de aproveitar esta ocasião para celebrar os trabalhos que leva a cabo, para provocar uma reflexão colectiva sobre os seus princípios fundadores, sobre a sua actualidade e centralidade no mundo de hoje. Não é apenas um dia de festa, é um dia de recolhimento, de profundíssima ponderação sobre como fazer chegar a todos os povos das Nações Unidas a mesma justiça, bem-estar e segurança, permitindo-lhes viver livres de medo, de necessidade e em maior liberdade.

Todos os dias o mundo pede mais às Nações Unidas. O Secretário Geral Ban Ki-moon está bem consciente desse desafio bem como de este apelo traduzir, implicitamente, um reconhecimento do papel fulcral da Organização não apenas na prestação de serviços de assistência, mas também de serviços políticos globais, como a paz e a segurança internacionais.

Não se cumpriu a sugestão de inícios da década de 1970 de que este dia fosse celebrado como feriado nacional nos estados membros da Organização, mas cumpre-se todos os dias no espírito e nos trabalhos das Nações Unidas e daqueles que são os seus povos.

*Mónica Ferro*  
Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

\* Os artigos publicados nesta secção expressam exclusivamente os pontos de vista da autora, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição da ONU.

## A ONU e a UE

**EU Commission and World Food Program sound alarm over humanitarian impact of climate change (25 de Outubro)**  
[http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7433\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7433_en.htm)

**Kosovo's Future Status: Troika Press Statement (22 de Outubro)**  
[http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7427\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7427_en.htm)

**International Poverty Eradication Day: EU Commission stands up for Millennium Development Goals (17 de Outubro)**  
[http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7407\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7407_en.htm)

**EU Council Conclusions on Chad, the Central African Republic and Sudan (16 de Outubro)**  
[http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7398\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7398_en.htm)

**EU Council Conclusions on Iraq (16 de Outubro)**  
[http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7399\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7399_en.htm)

**EU Parliament's climate change committee looks to post-Kyoto future (4 de Outubro)**  
[http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7369\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7369_en.htm)

**EU Priorities for 62nd United Nations General Assembly (2 de Outubro)**  
[http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7363\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7363_en.htm)

**"The Road to Bali and beyond" - Speech by EU Commissioner Dimas (1 de Outubro)**  
[http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article\\_7356\\_en.htm](http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_7356_en.htm)

**O AMBIENTE EM PERSPECTIVA\*****A luta pelo controlo das origens de água: o caso do Curdistão**

Quando no início da década de 80 participei na equipa projectista portuguesa das barragens de Ilisu e Cizre estava muito longe de imaginar que as mesmas se inseriam numa estratégia de controlo das fontes de água doce daquela região do globo.

A barragem de Ilisu é parte do projecto GAP, no Sudeste da Anatólia (Curdistão turco), um projecto megalómano de produção eléctrica e irrigação no Tigre e no Eufrates que, a tornar-se realidade, produziria 27.300 GWh/ano e irrigaria uma área de 17.600 km<sup>2</sup>. A barragem de Ilisu, sozinha, está projectada para uma capacidade de 1200 MW (tanto quanto o Projecto Nacional de Barragens – português –, recentemente anunciado, prevê instalar com 10 barragens!). A sua albufeira, com mais de 300 km<sup>2</sup>, é maior que a do Alqueva, presentemente considerado o maior lago artificial da Europa Ocidental.

A barragem de Ilisu inundará dezenas de aldeias e pequenas cidades - Hasankeyf, em particular, um berço da civilização Assíria, e património arqueológico reconhecido a nível mundial - deslocando dezenas de milhares de pessoas para as cidades curdas mais próximas (em parti-

cular Diyarbakir, com 1 milhão de habitantes, que despeja os seus efluentes sem tratamento directamente no mesmo rio Tigre).

A região está transformada actualmente num barril de pólvora, disputada pela Síria (que apoia a guerrilha curda), pela Turquia (que a combate), e pelo Iraque (actualmente sob tutela norte-americana). A luta é, acima de tudo, pelo controlo das fontes de água doce. Neste contexto, o projecto GAP é apenas a continuação da guerra por outros meios, visando a imposição dos interesses estratégicos da Turquia na região.



Hasankeyf e outras aldeias curdas serão submergidas pelo enchimento da barragem de Ilisu (Foto de Stefan Michel in <http://www.rivernet.org/turquie/ilisu.htm>)

Entretanto o governo turco, que já deu luz verde para uma incursão maciça contra os rebeldes do PKK em território curdo-iraquiano, faz um compasso de espera, procurando obter, junto da comunidade internacional, mas sobretudo do governo dos EUA, vantagens de uma pretensa demonstração de flexibilidade relativamente às soluções para a crise conjuntural. Mas o essencial manter-se-á sem resolução à vista: a escassez de recursos hídricos, força motora primordial que leva à luta pelo controlo das fontes de abastecimento de água superficial e subterrânea.

Carlos Costa

GEOTA – Grupo de Estudos de ordenamento do Território e Ambiente

1. Em 2002 contavam-se 263 bacias hidrográficas compartilhadas por duas ou mais nações, potenciando conflitos em 145 países, abrangendo cerca de 40% da população mundial. Registaram-se mais de 500 conflitos, sete dos quais envolvendo actos de guerra formal. ([http://www.unesco.org/water/wwap/facts\\_figures/sharing\\_waters.shtml](http://www.unesco.org/water/wwap/facts_figures/sharing_waters.shtml))

\* Esta coluna é da responsabilidade do GEOTA. Os artigos nela publicados expressam exclusivamente os pontos de vista do autor, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição da ONU

Novos sítios Web

**60 ans d'histoire de l'UNESCO**

[http://www.unesco.org/archives/Archives/files/actes\\_FINAL\\_web.pdf](http://www.unesco.org/archives/Archives/files/actes_FINAL_web.pdf)

**Security Council Reform**

[http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=A/61/47\(SUPP\)](http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=A/61/47(SUPP))

**UN News Focus: Myanmar**

<http://www.un.org/apps/news/infocusRel.asp?infocusID=134&Body=Myanmar&BodyI=>

**Fortress Europe and the Iraqi "intruders": Iraqi asylum-seekers and the EU, 2003-2007 (UNHCR)**

Introduction: <http://www.reliefweb.int/rw/RWB.NSF/db900SID/AMMF77ZG3H?OpenDocument>

Report: [http://www.reliefweb.int/rw/RWB.NSF/db900SID/AMMF77ZG3H/\\$File/Full\\_Report.pdf](http://www.reliefweb.int/rw/RWB.NSF/db900SID/AMMF77ZG3H/$File/Full_Report.pdf)

**WHO MIND – new website**

[http://www.who.int/mental\\_health/policy/en/](http://www.who.int/mental_health/policy/en/)

Encontrará estas e muitas outras informações úteis no

**BOLETIM DA NOSSA BIBLIOTECA**

## PUBLICAÇÕES

**International Guidelines on HIV/AIDS and Human Rights: 2006 Consolidated Version**

**Código de Venda:** 06.XIV.4  
**ISBN-13:** 9789211541687

Publicado em Outubro 2007  
Disponível em Inglês

**Economic Development in Africa: Reclaiming Policy Space - Domestic Resource Mobilization and Developmental States**

**Código de Venda:** 07.II.D.12  
**ISBN-13:** 9789211127232

Publicado em Outubro 2007  
Disponível em Inglês (também disponível em Francês)

**Our Common Humanity in the Information Age: Principles and Values for Development**

**Código de Venda:** 07.II.A.6  
**ISBN-13:** 9789211045703

Publicado em Outubro 2007  
Disponível em Inglês

**The United Nations Disarmament Yearbook 2006**

**Código de Venda:** 07.IX.1  
**ISBN-13:** 9789211422573

Publicado em Outubro 2007  
Disponível em Inglês (também disponível em Árabe, Chinês, Francês, Russo, Espanhol)

Poderá encontrar estas e outras publicações na página na internet do Serviço de Publicações das Nações Unidas:

<https://unp.un.org/>

## Calendário

- 1 [Dia Internacional das Pessoas Idosas](#)
- 1 [Dia Mundial do Habitat](#)
- 2 [Dia da Não-violência](#)
- 10 [Dia Mundial da Saúde Mental](#)
- 10 [Dia Internacional para a Redução das Catástrofes Naturais](#)
- 16 [Dia Mundial da Alimentação](#)
- 17 [Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza](#)
- 24 [Dia das Nações Unidas](#)

## AVISO AOS LEITORES

O próximo número do boletim, que abrangerá os meses de Novembro e Dezembro, será publicado em princípios de Dezembro.

Directora do Centro:

**Afsané Bassir-Pour**

Responsável pela publicação:

**Ana Mafalda Tello**

Redacção :

**Daniela Costa**

**Filomena Mata**

**Sara Tierno**

Concepção gráfica:

**Sónia Fialho**

## Nomeação



O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, nomeou o italiano **Giancarlo Summa** Director do Centro de Informação das Nações Unidas no Rio de Janeiro (UNIC Rio).

Giancarlo Summa – que assumiu as suas funções no passado dia 17 de Outubro – possui uma vasta experiência na área da comunicação, tendo trabalhado como repórter, editor e correspondente estrangeiro para diversas empresas de comunicação, incluindo a agência de notícias Reuters, a revista brasi-

leira Carta Capital e os jornais italianos L'Unità e La Stampa.

O novo director do UNIC Rio completou a sua licenciatura no Excelsior College da Universidade de Nova Iorque e possui um Mestrado em Estudos Latino-Americanos, pela Universidade de Sorbonne, em Paris. Trabalhou 13 anos no Brasil.

Giancarlo Summa desempenhou, em 2006, o cargo de Vice-Coordenador de Comunicação e Assessor para a Imprensa Internacional da campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Antes disso, trabalhou como Assessor para a Imprensa e Comunicação da Representação Europeia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo também dirigido a sala de imprensa do Fórum Social Mundial de 2003.



Rue de la loi /Wetstraat 155  
Résidence Palace Bloc C2, 7<sup>ème</sup> et 8<sup>ème</sup>  
1040 Bruxelles  
Belgique

Tel.: + 32 2 788 84 84

Fax: + 32 2 788 84 85

Sítio na internet: [www.unric.org](http://www.unric.org)

E-mail: [portugal@unric.org](mailto:portugal@unric.org)